

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA VINTE E OITO DE FEVEREIRO DE  
DOIS MIL E SETE**

-----Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro de dois mil e sete, pelas nove horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município reuniu a Assembleia Municipal de Alijó em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**UM** – *Exposição do Sr. Presidente da Câmara;* -----

-----**DOIS** – *Pedido de Aprovação da 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2007;* -----

-----**TRÊS** – *Pedido de declaração de reconhecimento de interesse público para o concelho, o empreendimento destinado à instalação de uma indústria de vinificação, na Quinta da Romaneira, sita na freguesia de Cotas.* -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** Sr. Dr. Joaquim Alberto de Oliveira Cêrca inicia os trabalhos acompanhado pelo Primeiro Secretário Sr. Humberto João Barbosa dos Santos e pela segunda Secretária D. Maria Filomena Cunha Santos Nogueira. -----

-----Procedeu-se à chamada e verificou-se que faltaram por motivo o Sr. Deputado José Manuel Lourenço Brás e a Sra. Deputada Maria de Jesus Magalhães Vieira Elias. -----

-----De imediato **O PRESIDENTE DA MESA** coloca à discussão a Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e seis e abre inscrições. Não havendo inscrições, colocou a mesma a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade com 35 votos a favor. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** informa que têm chegado algumas críticas que incidem sobre si, no que diz respeito ao tempo de duração do Período Antes da Ordem do Dia, dado este se prolongar de forma absolutamente excessiva e posteriormente, os trabalhos da Ordem do Dia se consumirem de uma forma rapidíssima, quase sem discussão de assuntos por vezes de particular

relevância para o funcionamento da Autarquia. Indica que em termos Regimentais, há 60 minutos para o mesmo efeito e sem querer ser absolutamente rigoroso, apela ao poder de síntese e à compreensão para que não fiquem duas ou três horas a discutir o Antes da Ordem do Dia, o que cria alguns embaraços. Dentro desta perspectiva, sem cortar a palavra a ninguém, agradece a compreensão para o efeito. Indica ainda que em termos de correspondência, para além de documentos que vêm de Grupos Parlamentares e de pouca relevância, chegou sob a forma de carta registada, um documento dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a qual lê e se transcreve na íntegra: “Abaixo – assinado: Reza a memória colectiva da população de Cheires, que desde Setembro de 2005, que a estrada de Cheires se encontra em obras até à presente data. Com a privação do uso desta mesma estrada, ficou Cheires apenas com uma estrada estreita para servir dois sentidos de viação, estrada essa que tem sido palco diário de acidentes. Pondo assim, em causa pessoas e bens materiais em constante perigo. Assim, a população de Cheires, fartos de promessas das entidades locais, para a conclusão das obras da dita estrada encerrada, há mais de UM ANO, vem por este meio manifestar o seu desagrado perante esta situação insustentável. E na expectativa, que este abaixo – assinado sirva para alertar a quem de direito, que tome medidas céleres para concluir as obras que iniciou. Seja solidário com Cheires, e subscreva aqui o seu nome.”. Esclarece que este é um abaixo – assinado volumoso, que decorreu em Cheires e Sanfins do Douro, no âmbito da Freguesia e o Sr. Presidente da Câmara também já tomou conhecimento. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** dá início ao Período de Antes *da Ordem do Dia*, abrindo inscrições. Usaram da palavra os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO BELARMINO MONTEIRO:** Inicia lembrando que na reunião da Assembleia Municipal realizada no dia 29 de Setembro de 2006, no Período Antes da Ordem do Dia, usou da palavra para solicitar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e ao Sr. Presidente da Câmara, esclarecimentos sobre o funcionamento do Centro de Saúde de Alijó, face a rumores que corriam sobre o possível encerramento do serviço de urgência a partir das 21 horas, assim como o encerramento do internamento. Indica ainda que na altura, registou com agrado os esclarecimentos prestados quer pelo Sr. Presidente da Câmara, quer pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Decorridos que são cinco meses, após a sua intervenção e dada a turbulência a que têm assistido nas

últimas semanas no serviço nacional de saúde, crê ser pertinente da sua parte, voltar à questão do Centro de Saúde de Alijó. Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara questionando se têm os habitantes do Concelho de Alijó, alguma garantia de que os serviços actualmente prestados vão continuar com toda a regularidade ou pelo contrário, vão assistir impávidos e serenos à diminuição dos mesmos, com claros prejuízos daqueles que necessitam dos cuidados de saúde a que têm direito. Questiona ainda se o S. Presidente da Câmara foi contactado pelo Ministério da Saúde, no sentido de discutir melhores opções para o Centro de Saúde. Informa que tem seguido através dos órgãos de comunicação social tudo o que tem sido dito sobre o encerramento de alguns serviços de urgência de Norte a Sul do País, assim como sobre assinatura de protocolos entre o Ministério da Saúde e alguns Municípios. Esclarece que, na sua humilde apreciação desta matéria, fica bastante preocupado quando vê que o que está em causa são os números, ou seja, a urgência do Centro de Saúde fecha porque não se justifica três ou quatro pessoas durante a noite e que as populações serão beneficiadas, havendo concentração de serviços, afirmação dita pelos que não têm necessidade de se deslocar aos Centros de Saúde, porque têm melhores serviços onde recorrer em caso de necessidade. A título de exemplo, informa que teve conhecimento que uma doente entrou no Centro de Saúde de Alijó, por volta das 19 horas com gripe e apenas regressou a casa por volta das 23 horas. O médico que estava de serviço teve muito trabalho, o que prova que os serviços actualmente existentes no Centro de Saúde, têm que continuar, sob a pena de terem que engrossa as urgências em Vila Real que tudo indica que não vão ter capacidade de resposta, dado que são transportados doentes de vários concelhos para aquela unidade hospitalar. Ainda sobre as intervenções na referida reunião da Assembleia Municipal, recorda a intervenção do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Prof. Manuel Adérito Figueira, quando se referiu à colocação de contentares de 10m<sup>3</sup>, ao longo do Concelho para recolha de “monstros”, onde referiu que iria ser feito um estudo para a colocação dos mesmos e apontou uma primeira fase a colocação no parque industrial, Favaios, Sanfins do Douro, Vilar de Maçada e Pinhão, dizendo que pretendia alargar um pouco mais. Pretende saber qual o ponto de situação em relação a esta matéria porque há a necessidade urgente de minimizar o que considera ser a “praga dos monstros”. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO TAVEIRA:** Começa por referir a escola de Safres que está abandonada e na semana anterior, foi abordado pela Comissão de Festas, propondo a cedência daquele espaço para sede e realização de alguma actividade, tal como fazem todas as Associações e Comissões de Festas. Esclarece que informou os mesmos que iria consultar o Sr. Presidente da Câmara e comunicaria a resposta posteriormente. Coloca uma segunda questão, que se prende com a poluição que vai de Alijó, pois na passada semana, a Ribeira de S. Mamede levava cerca de um metro de espuma ao cimo da água. Indica que foi alertado por alguém, dirigindo-se ao local na companhia do Sr. Vice – Presidente Prof. Manuel Adérito Figueira que pouco ou nada podia fazer. Indica que participou à G. N.R., a qual também se deslocou ao local com um técnico do Ministério do Ambiente. Pensa que o processo vai seguir e apesar de não terem a certeza, suspeitam da Adega Cooperativa de Alijó, que faz descargas para uma linha de água, ao fundo do recinto da feira e os esgotos a correr a céu aberto para a referida linha de água. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara se digne averiguar esta situação e se possível, obrigar os mesmos a ligar os esgotos à E.T.A.R. Informa que vai avançar com a queixa para o Ministério do Ambiente. Foca ainda o problema das lâmpadas queimadas, as quais já foram participadas à EDP, mas nada foi resolvido. -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Em nome da Bancada do Partido Socialista, apresenta proposta ao Sr. Presidente da Câmara, no que concerne à próxima época e consequente subida dos barcos no Rio Douro. A proposta vai no sentido do Sr. Presidente da Câmara diligenciar junto de todos os Municípios ribeirinhos com o Rio Douro, desde o Porto até Barca Dalva no sentido de ver a possibilidade que existe em atribuir ou provocar uma taxa ou pagamento, revertendo a favor dos mesmos Municípios porque têm que começar a pensar em angariar fundos, no sentido de pagarem o que vêm utilizar. Esclarece que não sabe se em termos legais, a sua proposta é válida, no entanto “custa-lhe o facto de ser jardineiro de um jardim que as pessoas utilizam e se recusam a pagar ou nada deixam para a manutenção do mesmo”. Foca ainda a questão do Plano Director Municipal, pois continuam a existir imensas queixas das pessoas, relativamente à dificuldade em construir. O P.D.M. começa a ser algo que as pessoas desesperam pela sua chegada. Indica ainda que se começa a notar, principalmente na zona do Douro Vinhateiro, a procura de alguns pequenos investidores, no sentido de criarem, reconstruírem casas, fazendo pequenos investimentos turísticos ou até mesmo

reconstrução com o intuito turístico na Região do Douro e esbarram com o problema do P.D.M. e outros acrescidos pelo I.P.P.A.R. Indica ainda que tal como consta da Ordem e Trabalhos, um grande investimento está a ser feito no Concelho, o qual louva e espera que não seja o único. No entanto há os pequenos investimentos, sendo importante que criem uma estratégia para que os mesmos sejam exequíveis. Congratula-se com a acção do Executivo Municipal, porque há bastante tempo que não via a sede do Município tão movimentada, em termos de obra, como no presente momento, o que lhe dá muito prazer e o mesmo sentirão os presentes na Assembleia Municipal, quando observam o Estádio Municipal, o Centro de Saúde e a Pousada da Juventude em obras. Estas obras são uma realidade, é algo que está no terreno e que apraz registar e agradecer na qualidade de cidadão deste Município. -----

-----**DEPUTADO LUÍS BARROS:** Inicia focando a Variante de Favaios Nascente e regozija-se pela mudança de linguagem, porque nas cartas anteriores falavam em posse administrativa e a carta mais recente já fala numa via amigável, o que considera mais simpático. Relativamente aos valores acordados entre a Câmara e os agricultores indica que os mesmos estão descabidos. Solicita ainda explicação sobre um parágrafo o qual lê e se transcreve”a este valor será deduzida a quantia a que se refere o n.º 4 do artigo 23º do Código de Expropriações”. Solicita ainda informação sobre para quando está agendado o início, as escrituras e o pagamento dos valores. -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Esclarece que relativamente à questão abordada pelo Sr. Presidente da Mesa, no que diz respeito ao Período Antes da Ordem do Dia, indica que este é o período em que se exerce nesta casa um pouco de democracia e leva ao conhecimento do Sr. Presidente da Câmara, do Sr. Presidente da Assembleia e a todos os membros, os problemas que cada um te, na parte do Concelho onde vivem. Após este período, estão naquilo que consideram uma ditadura de partidos, pois é “o mal das maiorias”. Indica ainda que a seu ver o referido período devia ser alongado porque é uma oportunidade de diálogo e discussão dos problemas. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Telmo Pinto indica que “quando recebem uma visita, devem procurar ter a casa arrumada, independentemente se a visita vai dar lucro ou prejuízo”. Indica ainda que mesmo que não recebessem turistas, teriam todo o gosto em ver o Concelho como está o Pinhão ou Alijó. Também não concorda com a “euforia das obras” na sede do Concelho,

apesar de se regozijar com as mesmas e lamenta profundamente que elas não sejam extensas a todo o Concelho. Afirma ainda que não vale a pena pensarem que vão ter turismo no Concelho, no Município, com uma única visão da sala de visitas, a sede do Concelho. É preciso, tal como já está a ser feito, a requalificação de Favaios e espera que a curto prazo possam fazer acções idênticas em Sanfins do Douro, Vilar de Maçada ou até mesmo Perafita, que já foi visitada pelo Prof. José Hermano Saraiva que a qualificou como a mais Medieval das terras Portuguesas. Indica que é necessário criar pólos para que o turista não veja Alijó rapidamente, indo embora por falta de opções. Faz votos que a Câmara tenha possibilidade de o fazer pois sabe que não é por falta de vontade. -----

-----**DEPUTADO MANUEL CARVALHO:** Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara questionando se tem alguma novidade sobre a Barragem do Rio Tua, pois a Refer está a fazer investimento na linha do caminho de ferro e entende que seria oportuno fazer alguns esforços para reabrir o processo da ponte sobre o Rio Tua. Indica que após o acidente na linha do Tua, todos os meios de socorro foram ter a local da ponte não existente, não só os que iam pelo Concelho de Alijó mas também pelo Concelho de Carrazeda de Ansiães. Desta forma, se a ponte existisse, provavelmente, os meios de socorro teriam chegado mais rápido ao local. Questiona ainda a possibilidade de colocar o teleférico a funcionar para minimizar alguns transtornos. Finaliza focando a questão da fossa do Amieiro que está a céu aberto, constituindo um problema de saúde pública e que gostaria de ver resolvido. -----

-----**DEPUTADO MÁRIO ANDRÉ:** Aborda uma questão ambiental que se está a verificar na sua Freguesia e pensa que em grande parte das Freguesias do concelho. Esta questão prende-se com os depósitos de lixo e contentores para depósito dos “monstros”. Indica que adoptou na sua Freguesia uma metodologia, relativamente ao lixo, pois criou um género de depósito, onde as pessoas o podem depositar, pois está a tornar-se impotente para resolver esta questão. Indica não saber se esta é uma ilegalidade, no entanto prefere adoptar esta metodologia, a ter o lixo espalhado pela Freguesia. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara se digne ajudar a resolver esta situação. Dá conhecimento de uma situação na sua Freguesia, junto ao antigo edifício da Casa do Povo, existe um poste da EDP que está suspenso pelos cabos, devido a acidentes de viação, a qual já foi

comunicada há cerca de um ano e meio à EDP. Desta comunicação, obteve como resposta que esta não era uma situação prioritária, com a qual não concorda, quer a nível de segurança, quer a nível estético. Indica ainda que relativamente aos pontos de luz, as pessoas se habituaram a que o Presidente da Junta de Freguesia tenha que responder a estas questões, porque há situações solicitadas à EDP cerca de quatro ou cinco meses e ainda não foram colocados. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara que dedique alguma atenção às obras de Cabeda, pois já se encontra parada há algum tempo. Demonstra ainda solidariedade para com a colega de Sanfins do Douro, relativamente às obras de Cheires. Agradece ao Sr. Presidente da Câmara e Vereadores pelo enorme esforço que têm feito pelo desenvolvimento do Concelho de Alijó e respectiva obras que se encontram a decorrer na Sede do Concelho, pois não são obras apenas da Sede Freguesia mas sim do Concelho, para desenvolver o mesmo, as quais merecem ser vistas num âmbito mais alargado. --

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Inicia afirmando que de algum tempo a esta parte, tem sofrido algumas pressões pelo facto de falar e não pode deixar de forma alguma, passar esta ocasião sem dar os parabéns ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Cerca, não pelo facto deter dito as regras da Democracia, as quais aceita e que tenham que não fazer intervenções longas, mas registou com agrado quando o mesmo referiu “todos os Srs. Deputados”. Refere ainda as palavras do Sr. Deputado Jaime Cardoso, as quais considera de elevação extrema, de uma “bandeira à Democracia”, pois afirma em Assembleia que defende que as pessoas devem falar, dizer o que lhe vai na alma. Indica ainda que ultimamente há pessoas que se incomodam, que andam nervosas, porque haja alguém que fale e “quando essas pessoas não dançam, é muito complicado de suportar e arranjam todos os estratagemas que lhes vem à cabeça”. Afirma ainda que não é tirando a palavras a ninguém que as instituições conseguem sobreviver ou desempenhar o papel digno para o qual foram eleitos e que representam. Indica ainda pretender alertar, porque é um grupo restrito e já tiveram ditadores no Partido Socialista tal como o Hitler entre outros. Solicita esclarecimento sobre os contentores de 10m3, pois tem conhecimento que alguns já foram instalados, não se encontrando nenhum a Norte do Concelho de Alijó. Pergunta quando será instalado, para que o Concelho possa desenvolver, só acontece se as infra estruturas forem criadas à dimensão do Concelho e não restrito ao Centro do Concelho. Foca ainda a questão das lâmpadas e

da EDP, pois considera uma falta de respeito pelos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, porque telefonam e nada conseguem resolver, originando um desgaste permanente dos mesmos para conseguirem que as lâmpadas sejam substituídas. Faz proposta ao Sr. presidente da Câmara, que vai no sentido de que este disponibilize o Gabinete do Município a fim de ajudar os idosos e pessoas que tenham dificuldades no preenchimento do IRS. Finaliza afirmando que este seria um bom serviço que prestariam aos idosos do Concelho. -----

-----**DEPUTADO PEDRO PERRY:** Usa da palavra dado que o Sr. Presidente da Mesa, quando referiu a correspondência recebida, não deu qualquer indicação de resposta quer à Moção quer à tomada de posição no que diz respeito aos CTT, o que considera uma falta de consideração perante esta Assembleia, não terem merecido uma resposta às cartas enviadas. Solicita que envie novamente um ofício, pedindo resposta às mesmas. Informa que foram colocados uns sinais de trânsito na Rua António Manuel Saraiva, no Pinhão, os quais mereceram protestos por parte dos proprietários dos edifícios junto dos quais eles foram colocados. Informa ainda que tentou pedir justificação para a colocação dos mesmos, junto das Estradas de Portugal, apenas obteve como resposta que, a estrada é nacional, sob o domínio da mesma e a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia, nada podem fazer relativamente a esta matéria. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara se digne verificar esta situação na tentativa de a alterar. Solicita ainda que tome as diligências necessárias relativamente ao Posto de Turismo do Pinhão, para que abra este ano, uma vez que as obras para o novo posto de turismo ainda se encontram a decorrer, não estando prontas para o Verão. Solicita ainda, se necessário, que este force o IPTM a assinar o protocolo de cedência de direito de superfície sobre os contentores que tanto sacrificam a imagem do Pinhão. -----

-----**DEPUTADO ALFREDO VEIGA:** Refere que foi focada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Mamede de Ribatua, a Adegua Cooperativa de Alijó, e na qualidade de dirigente da mesma, informa que há cerca de dois meses, os serviços da Câmara Municipal foram fazer uma vistoria à referida Adegua. Desta forma esclarece que não é verdade que a mesma se encontra a deitar os resíduos para o Ribeiro, a céu aberto, tal como referiu o Sr. Presidente da Junta. Da referida vistoria, foi-lhe transmitido como resultado pelo Sr. Eng.º e respectivos funcionários que tudo estava em ordem. Lembra que ainda o Sr. Presidente da Assembleia Municipal exercia o cargo



de Presidente da Câmara, enviou um ofício, autorizando a Adega Cooperativa de Alijó, a ligar os esgotos de lavagem das cubas. Foca ainda a questão dos “monstros”, pois habita na Rua da Arcã, em Alijó e habitualmente vê colchões, armários entre outras coisas, depositados oito ou quinze dias, o que dá um aspecto muito desagradável. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Relativamente ao facto de ter apelado ao poder de síntese da intervenção, indica que a Democracia é praticada pelos Srs. Deputados, sendo apenas um gestor eventual do tempo, sem demasiado rigor. O facto de Regimento da Assembleia Municipal prever sessenta minutos para o Antes da Ordem do Dia, foi apenas e só por isso que chamou a atenção, pois tem acontecido que, por vezes, estão duas ou três horas a discutir este Período. Indica ainda que está absolutamente de acordo que isso se pratique, mas têm que alterar o referido Regimento, podendo esta ser a oportunidade das respectivas Bancadas se reunirem para o alterar. Esclarece que continua à espera que o Regimento lhe chegue ás mãos para o poder pôr em discussão e eventualmente alterar algumas alíneas ali contidas. A título de curiosidade, informa que na Assembleia da República, após a instalação da mesma, poucos dias depois o Sr. Deputado Jorge Almeida, do Partido Socialista, na sua intervenção sobre saúde, tentou responder a uma intervenção da Sra. Deputada Ana Manso do Partido Social Democrata. Este tinha três minutos para fazer a sua intervenção, fazendo um conjunto de considerações, esgotando o tempo concedido sem fazer a pergunta que objectivamente ele tinha para fazer à referida Deputada. O Sr. Presidente da Assembleia da República alertou-o porque o tempo chegara ao fim e tinha que concluir. O Sr. Deputado Jorge Almeida continuou a debitar mais algumas considerações e o Presidente da Assembleia apagou-lhe o microfone dizendo: “como o Sr. está de novo, é novato nestas coisas, é a forma de aprender desde o primeiro dia.” Esclarece que tal nunca aconteceu, nem acontecerá na Assembleia Municipal de Alijó, enquanto for Presidente da mesma. Este foi apenas um apelo e não uma exigência, porque não é de fazer exigências, muito menos a uma Assembleia de quarenta pessoas, tão ilustre e conhecedora de tantos assuntos que muitas vezes desconhece. Esclarece ainda que muitas vezes entra em contacto com os problemas do Concelho, ouvindo as intervenções de cada um, o que considera enriquecedor. Dá palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Começa por comentar a questão do ofício e abaixo-assinado no que concerne à obra de Cheires e várias referências já feitas a esta obra, esclarecendo que já comentou esta situação numa Assembleia Municipal transacta, pedindo desculpa pelos incómodos e afirmando que se trata de uma obra que os envergonhava a todos pelo facto de ainda não estar concluída. Indica que a única coisa que pode dizer à presente Assembleia é que já lá estão a trabalhar, no sentido de tentar fazer o melhor possível. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Belarmino Monteiro no que concerne ao Centro de Saúde e questão de reestruturação destes serviços a nível do país e suas consequências para o Concelho de Alijó, faz um esclarecimento de conceitos. Indica desta forma que neste momento o que está a ser discutido no País são as urgências. O Concelho de Alijó não tem Serviço de Urgências, tem um Serviço de Atendimento Permanente (SAP). Por vezes as pessoas confundem Serviço de Urgências com SAP, no entanto são bem diferentes. Assim, o Concelho de Alijó, não aparece em qualquer estudo relativamente a esta matéria, porque de facto não está nada em cima da mesa relativamente a esta matéria, no que concerne ao Concelho de Alijó. Indica ainda que o que está em causa é o Serviço de Urgências que implica uma série de estação de cuidados de saúde e condições ao nível da infraestrutura física, material e humana que nunca existiu no Concelho de Alijó. No que diz respeito à rede dos Serviços de Atendimento Permanente, esclarece que num trabalho conjunto com o Sr. Presidente da Assembleia, na qualidade de médico e o Dr. Amauri, na qualidade de Delegado do Centro de Saúde, o Município de Alijó, já apresentou ao Sr. Ministro da Saúde, a perspectiva sobre este problema: consideram, no que concerne aos serviços de saúde prestados no Município, defendem a manutenção do Serviço de Atendimento Permanente por duas ordens de razão fundamentais: primeiro porque de acordo com os critérios que foram definidos para o reordenamento da rede das Urgências, se aplicarem os mesmos critérios ao reordenamento dos Serviços de Atendimento Permanente, estando a mais de meia hora do serviço de Urgências de Vila Real; segundo porque pela tradição e dificuldade, em termos de deslocação não apenas da Sede, mas de várias aldeias da periferia do Concelho que estão também a mais de meia hora dessa mesma situação. Esclarece que se se mantiver o critério técnico que esteve na origem do reordenamento da rede dos Serviços de Urgência, o Serviço de Atendimento Permanente, não estará na possibilidade

de encerramento. Esta situação não tem apenas uma componente técnica, tem também uma componente política e como é do conhecimento de todos os Srs. Deputados, estão em termos de discussão de transferência de competências do Poder Central para o Poder Local, a discutir um conjunto de transferência de competências na área da educação, saúde, acção social e eventualmente do território. No domínio desta transferência de competências, indica que tem defendido, em todas as reuniões, que a Lei que exige os novos Concelhos a criar, tenham um conjunto de situações básicas, na área da educação, da saúde, da justiça, da defesa, da segurança, etc, para virem a ser criados, devem aplicar-se também aos que já existem. Desta forma garantem que um conjunto de serviços básicos fundamentais para o Concelho de Alijó e todos os Concelhos do interior, não sejam de cá retirados, apenas porque não têm o rácio correcto, em termos de população. Indica que esta é a posição política que a Câmara Municipal tem defendido nas negociações, mas sabem que o que for definido, em termos de critério de reordenamento da rede, a nível nacional, será também aplicado para Alijó. Indica ainda que se depois de tudo isto, houver algum problema relativamente a esta matéria, no que concerne ao Concelho de Alijó, reafirma que estão disponíveis para em conjunto com a santa Casa da Misericórdia, com outras IPSS, com os médicos, com os enfermeiros, com o pessoal administrativo que prestam serviço na área da saúde, no Concelho de Alijó, de encontrar uma metodologia de parceria publico/privado, privado/privado/, público/IPSS para continuar a manter um Serviço de Atendimento Permanente aos Municípios. Afirma que enquanto for Presidente desta Autarquia, fará isto, não apenas relativamente a este serviço mas a qualquer serviço, pois uma coisa é reestruturar outra coisa é ficar sem um serviço. Aceita que, por uma questão de racionalidade económica e por questão de ausência de capacidade ao nível dos recursos humanos, dos recursos físicos e matérias, tenham que redefinir a rede concelhia. Não pode aceitar que o seu Concelho fique sem os serviços garantidos, em termos de educação, saúde, acção social e segurança. No que diz respeito a todas as questões colocadas sobre “monstros”, na área do ambiente e Plano Director Municipal, esclarece que no dia transacto, no processo de transferência de competências, esteve reunido com o Sr. Secretário de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território, e se em cima da mesa, a nível de transferência de competências, tem estado sobretudo a educação, acção social e saúde, é uma proposta da

Associação Nacional de Municípios que esteja também em discussão um pacote descentralizador na área do ambiente e ordenamento do território, porque o Estado Central já reconheceu que também neste domínio, há determinadas situações que serão melhor resolvidas, se a sua resolução passar para o nível da Administração Local. Indica ainda que, previamente a isso, há um conjunto de matérias que o Sr. Secretário de Estado comunicou, que estão em processo acelerado de produção legislativa, para poderem vir a simplificar a vida das pessoas, em todos estes domínios, começando pelo Plano Director Municipal. O Sr. Secretário de Estado, informou ainda que vai legislar, no sentido de desburocratizar, descomplexificar e agilizar o processo de revisão dos actuais Planos Directores Municipais, de forma a que eles não tenham que percorrer a autêntica “via sacra” de pareceres técnicos de vinte e seis entidades, para além de ainda terem que ir à CCDR, ao gabinete do Sr. Secretário de Estado e daí ainda terem que ir, para terem plena eficácia e serem definitivamente aprovados, a Conselho de Ministros. Indica que esta é uma verdadeira “via sacra processual”, de carácter técnico e burocrático que o Sr. Secretário de Estado se comprometeu com todos os Autarcas, a aligeirar, no mais curto espaço de tempo, assim como prometeu que, se nessa medida, a expectativa para todos os processos da revisão em curso, seria de, até ao final deste Mandato Autárquico e Legislativo do Governo, com este processo de simplificação, eventualmente todos os PDM que já estejam em processo de revisão, como o do Município de Alijó, verem o seu processo concluído. Informa que uma segunda questão que reformulou foi que muitos destes processos de revisão tinham uma excessiva componente técnica, excessivamente centrada nas propostas das equipas de planeamento e que iriam possibilitar a maior participação, que das Autarquias, ao nível da Câmara Municipal, quer ao nível das Juntas de Freguesia, no próprio processo de revisão do PDM. Como é do conhecimento de todos os Srs. Deputados, o Município de Alijó, adjudicou o processo de revisão à UTAD e constituíram uma equipa pluridisciplinar, não apenas da UTAD, mas também da Câmara e têm estado a recolher as opiniões dos Municípes e dos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, de forma a transformar este processo, desde a sua origem, num processo mais participativo. Relativamente aos “monstros”, tiveram uma reunião com o Sr. Secretário de Estado, onde no que concerne a esta matéria, às águas e saneamento, está a ser estudada uma proposta para cumprirem duas coisas: por um lado cumprirem as directivas

comunitárias, em matéria de ambiente, que implicam um custo elevadíssimo neste momento para todas as Autarquias, no que concerne à água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e está a ser estudado um esquema que permita que Municípios como o de Alijó, com uma grande densidade territorial e uma fraquíssima densidade populacional, não venham a ser penalizados nas respectivas taxas, pelas características de ocupação do território e possam ter o Litoral, que tem o sentido inverso, pouco território e muita população, com um pequeno aumento na sua taxa, poder contribuir para uma grande diminuição nas taxas do interior. Caso contrário, as tarifas que actualmente existem e se baseiam no princípio do utilizador pagador, na área do ambiente, torna praticamente inviável a factura que as Autarquias têm que pagar todos os meses, relativamente a esta matéria. A resolução desse problema, de forma absoluta e íntegra, está dependente destas medidas e enquanto não estão totalmente no terreno, têm em alguns sítios procurado resolver estes problemas com os Srs. Presidentes de Junta, para em diálogo tentarem minimizar este impacto. No que concerne à escola de Safres, referida pelo Sr. Deputado António Taveira, indica que tal como relativamente a todas as outras, fizeram um ofício para todos os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, pois enquanto não decidem o destino a dar a esses equipamentos colectivos e por isso precisavam de ver a Carta Educativa aprovada, a qual ainda não está concretizada, necessitando de fazer uma reunião do Conselho Municipal da Educação, para definir uma estratégia para cada situação em concreto. Mas surgiu algum atraso, não da responsabilidade da Câmara, mas da Direcção Regional Educação do Norte, porque a proposta já foi aprovada no Mandato anterior, têm pedido informações complementares e ainda não foi aprovada em definitivo. Para obviar esta situação e não continuar a degradar ainda mais este tipo de edifícios, informa que combinou com a Sra. Vereadora da Educação, para fazer um ofício a todos os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, no sentido de utilizarem essas infra – estruturas para os eventos que entenderem e ao mesmo tempo fazerem a manutenção dos mesmos, o qual pensa já estar na posse dos mesmos. No que diz respeito à poluição na Ribeira de S. Mamede de Ribatua e queixa que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia apresentou ao Ministério do Ambiente e respectiva posição da Câmara, relativamente a esta matéria, esclarece que esta situação está sinalizada pelo Executivo. Informa que os técnicos já fizeram uma vistoria, tal como referiu o Sr. Deputado Alfredo Veiga, é uma situação que os preocupa, mas que terá a ver

com antigas águas pluviais e a forma como foram canalizadas ao longo da Vila. Indica que, provavelmente para resolver esta situação em definitivo e segundo opinião dos técnicos da empresa Águas de Trás os Montes e Alto Douro, teriam que esburacar a zona central de Alijó, no entanto estão a estudar alternativas, no sentido de evitar que tal aconteça, pois seria uma situação de enormes custos. Informa que estão abertos às sugestões que o Ministério do Ambiente, na sequência da queixa do Sr. Presidente da Junta de S. Mamede de Ribatua, possa apresentar, assim como estão abertos para em conjunto com todos, encontrar a melhor solução. Esclarece ainda que se os Srs. Deputados pretendem encarar esta situação na sua verdadeira profundidade, não devia existir nenhuma Adega, nem produção industrial, no centro de Alijó, devendo ficar todas localizadas na Zona Industrial e para tal o Ministério teria que dar condições. Relativamente à questão da EDP e respectivas lâmpadas, indica que tal como para os Srs. Presidentes de Junta, esta é uma situação que os leva ao desespero. Faz uma contra proposta na presente Assembleia e fará todas as diligências nesse sentido, que consiste em convocar uma reunião com os Srs. da EDP e todos os Srs. Presidente de Junta de Freguesia, na tentativa de resolver esta questão em definitivo. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Telmo, sobretudo no que concerne aos barcos que sobem e descem o Rio Douro e não deixam nada para os Concelhos, a não ser a respectiva poluição, não contribuindo como contribuem os pequenos agricultores e vitivicultores para transformar o Douro num verdadeiro jardim. Informa que esta é também uma das matérias que está em cima da mesa, no que diz respeito à responsabilidade, em termos de ordenamento do território e um dos problemas do Douro, é ter excessivas tutelas. Relembra aos Srs. Deputados que, no que concerne ao Douro, a sua responsabilidade termina na margem física e foram já realizadas várias reuniões com o Instituto Portuário de Transportes Marítimos (IPTM), o qual transmite que a Câmara não é competente para gerir o canal, gerindo apenas o espaço físico até ao mesmo. È do seu conhecimento que o IPTM cobra uma taxa aos barcos, a qual não tem qualquer retorno para as respectivas Autarquias, servindo para ajudar a pagar os serviços deste Instituto a nível nacional. Concorda com os que afirmam que esta situação não se pode manter, a qual estão a tentar alterar, no âmbito da discussão das matérias e competências a transferir para o domínio local. No que diz respeito aos pequenos investidores, às casas, investimentos turísticos e obstáculos que o PDM e IPPAR possam levantar sobre esta

matéria, esclarece que dentro do referido processo de descomplicação do ambiente e ordenamento do território que o Sr. Secretário de Estado prometeu, prometeu também alterar o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN) e da Reserva Agrícola Nacional (RAN), até ao final deste ano para poder dar resposta a estas questões que acabou de referir, sempre com a preocupação de tentar manter o equilíbrio entre conservar e transformar. No que diz respeito ao IPPAR, este é mais um dos Institutos que tem tido uma postura excessivamente tecnocrática na análise de vários processos. Informa que na semana que se segue, a Câmara Municipal de Alijó, vai analisar um deles, a obra de recuperação da casa da praia e um loteamento na Freguesia do Pinhão, no sentido de acrescentar alguma análise de bom senso, à análise técnica, no sentido de procurarem encontrar um ponto de equilíbrio entre as exigências da Lei e as necessidades locais. Independentemente do rigor imposto pelo IPPAR nas análises, a Delegada Regional do IPPAR, tal como noutras ocasiões, aceitou vir ao Concelho para tentar analisá-la. No que concerne às obras em curso da Sede da Freguesia, esclarece que depende sempre da perspectiva em que cada um se coloca, pois cada um é responsável pela sua Junta de Freguesia e há determinadas coisas que têm a ver com a escala, sendo os próprios fundos comunitários e a regulamentação desses mesmos fundos, que implicam que essas obras sejam feitas em determinado sítio. Lembra a “Aldeia Vinhateira de Favaios”, que no total vai ser investido um milhão e duzentos e cinquenta mil contos e só pode ser feito em Favaios, não podendo ser feito em mais lado nenhum porque foi estabelecido um programa a nível comunitário e a nível nacional, designado “Aldeia Vinhateiras”. Este programa obedeceu a determinados requisitos e critérios, os quais fizeram com que no Concelho de Alijó, houvesse uma Freguesia que pode beneficiar deste programa. Para além do investimento físico, está previsto um grande investimento do ponto de vista turístico, que vai beneficiar não apenas a Freguesia de Favaios mas todo o Concelho. Este é um investimento de oferta do novo produto turístico, designado “Aldeias Vinhateiras”, tal como é do conhecimento do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Favaios, que tem acompanhado esta matéria, é um projecto de carácter imaterial, que tem a ver com dinamismo económico, com a promoção da imagem das “Aldeias Vinhateiras”, que vai lançar em rede a oferta turística do novo produto, com eventos de carácter regional, nacional e internacional, a realizar em todas elas, de forma a que haja intercâmbio entre as aldeias, com oferta turística verdadeiramente

organizada. Indica que ouve falar muito de turismo no Douro, mas a oferta turística do Douro, do ponto de vista profissional, não existe, a não ser ao nível de pequenas ou médias iniciativas privadas e dos operadores que já estão no terreno, mas uma oferta organizada, de âmbito internacional, para poderem ter milhões de turistas no Douro e para que dessa quantidade de turistas possam todos extrair o devido rendimento, ainda não está formatada. Esclarece que se for um sucesso em Favaios, este sucesso será de todo o Concelho. Apela a todos que tenham consciência do que se passa hoje no mundo, pois têm que ser apresentadas de forma integrada e articulada e no mundo global em que vivemos, somos tão pouco que as nossas diferenças, em termos internos, que o bairrismo e a identidade de cada freguesia, em termos internos, deve ser preservada, numa perspectiva construtiva. Não deve ser utilizada, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista para acicatar o bairrismo naquilo que ele tem de pior, quando esse bairrismo é sinónimo de inveja e ciúme. O bairrismo com o sentido de defender o melhor e para contribuir para o melhor de todos os outros, é positivo, no entanto o bairrismo nesse sentido menor é extremamente negativo e tem sido um dos obstáculos à afirmação plena do Concelho de Alijó. Indica que deu o exemplo doutra Freguesia para provar que não há só obras em Alijó, mas como relativamente a Favaios, ao Centro de Saúde, o Estádio Delfim Magalhães e a Pousada da Juventude e outro tipo de investimentos, só podiam ser feitos na Sede do Concelho. As pessoas devem dizer “ainda bem que neste momento de dificuldades do próprio país, o Município de Alijó consegue ter este dinamismo, ao nível destas obras e que não são apenas da Sede”. Vai anda ser analisado um investimento que existe no Concelho, atraído pelo Executivo no primeiro Mandato, numa feira em Valence. Este é um investimento de vinte e cinco milhões de euros no Concelho, é privado, mas tal como dizem os Srs. Deputados, cabe aos Autarcas atrair investimento para o seu Concelho e dessa forma ajudar a criar emprego. O referido investimento está localizado na Freguesia de Cotas, porque foi um investidor que, analisando o Concelho de Alijó, achou na relação oferta / procura deste tipo de produto que ele era viável na Quinta da Romaneira em Cotas. O que todos os Srs. Deputados têm que defender é que ao nível das necessidades básicas elementares, todas as Freguesias estejam ao mesmo nível, assunto em que o Concelho de Alijó se honra por ser dos poucos Concelhos, ao nível da Região de Trás os Montes e Alto Douro e até do país, que por exemplo, ao nível do ambiente, do saneamento,



trabalho feito pelos diferentes executivos desde há muitos anos a esta parte, tendo sempre a preocupação de dotar a totalidade do Concelho, desde a Freguesia mais pequena à maior, de todas as condições básicas, ao nível do saneamento, água, electrificação e ambiente. O Concelho de Alijó, é dos poucos que tem recolha selectiva em todas as Freguesias. Esclarece que não têm todos os problemas resolvidos pois basta que haja uma nova casa, para terem que efectuar uma nova ligação à rede. Dado terem sido o primeiro Concelho a ter uma cobertura quase total dessa rede, actualmente está gasta, precisa de novo investimento e por isso estão a fazer um investimento a nível de todo o Concelho, aproveitando fundos comunitários, no valor de seiscentos mil contos, na área do ambiente, para dotar todas as Freguesias do Concelho, onde as Águas de Trás os Montes e Alto Douro não vão, porque não têm o referido critério populacional que lhe justificaria o investimento, no entanto a Autarquia tem preocupações sociais e investe mais de meio milhão de contos nas Etar's que estão em concurso em todo o Concelho. No que diz respeito à Variante de Favaios – Nascente e respectivos valores, esclarece que esta não estava incluída no projecto “Aldeia Vinhateira de Favaios”, sendo mais uma conquista da Câmara Municipal de Alijó. Esclarece que aproveitou que alguns projectos de outras Câmaras, apresentados na vigência deste quadro comunitário de apoio e que por qualquer motivo não foram avante, sobrando assim uma verba, a qual foi capta-la para uma terceira fase da “Aldeia Vinhateira de Favaios”, a que corresponde a variante. Tal como é do conhecimento do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Favaios e do Sr. Deputado José Luís de Barros, desde a primeira hora disseram que era o Secretário de Estado de então, Eng. Ricardo Magalhães, a Dra. Cristina Azevedo, como representante da CCDR que não tinha qualquer espécie de sentido fazer o investimento que estavam a fazer em Favaios, onde o trânsito pesado continua a passar por aquela que também é uma estrada nacional, danificando grades, parapeitos de casas senhoriais que estão a recuperar. Não faria qualquer sentido quererem transformar Favaios num pólo de desenvolvimento turístico, que por sinergia vai trazer turistas para Favaios e para todo o Concelho de Alijó, sem ao mesmo tempo desviar o trânsito pesado do centro da Vila. A variante, hoje é uma realidade, está todo o processo de expropriação terminado, foi feito em tempo recorde com a Secretaria de Estado e a obra já está entregue ao empreiteiro. Indica que a única coisa que falta, é agilizar a questão dos processos referentes às expropriações. Garante ao Sr.

Deputado José Luís de Barros que estão a fazer isto em tempo recorde e mais rápido seria impossível. Informa que chegou a levar em mão, ao Sr. Secretário de Estado da Administração Local, Dr. Eduardo Cabrita, o processo de expropriação Favaios, para que naquele mesmo tempo a Sra. Directora da Administração Local do DGAL (Direcção Geral Autarquias Locais), pudesse emitir o despacho e enviar para o Diário da República. Garante ainda que, logo que possível, vão avançar para as respectivas escrituras e o processo para andar em tempo recorde, tiveram que recorrer às expropriações, através de um perito, que fez uma avaliação dos terrenos e obedecendo à Lei, não os classificou todos da mesma forma. Desta forma, um terreno com mato tem um preço, com moscatel tem outro e com habitação tem ainda outro. O referido perito foi nomeado pelo Tribunal, tendo que aceitar a avaliação que ele fez, no entanto, em todos os casos em que a referida avaliação seja inferior ao valor que se comprometeram em reunião, a Câmara repõe a diferença. Indica que depois de feita a avaliação, são poucos os casos onde verifiquem esta situação, no entanto se fossem muitos, assumiam o mesmo compromisso. Não pode garantir que as escrituras sejam feitas todas ao mesmo tempo, porque muitos dos terrenos ainda não se encontravam registados em nome do actual proprietário e desta forma têm que tratar dos aspectos burocráticos. A estratégia da Câmara é ir fazendo as escrituras, conforme as pessoas vão entregando os documentos para o efeito. O processo da Variante tem que ser iniciado e concluído até ao final do ano de 2007, quando vigora este Quadro Comunitário de Apoio. Dirige-se ao Sr. Deputado Jaime Cardoso, esclarecendo que a euforia não tem a ver com as obras no Concelho, porque se não fizerem aqui, não vão fazer em lado nenhum porque o dinheiro ou vem para aqui, ou não vem. Relativamente à questão de Cheires, indica que já se pronunciou na Assembleia Municipal anterior. No que concerne a Perafita, afirma que há algum desconhecimento do Sr. Deputado, relativamente a esta matéria. Está presente a Sra. Deputada que pode confirmar o que está a afirmar, pois no Mandato anterior, trouxeram os Srs. do IPPAR para começarem o processo de classificação da aldeia de Perafita, do ponto de vista Patrimonial, para lhe dar o valor acrescentado e que todos reconhecem. Essa importância foi de tal forma que, a Câmara Municipal, no apoio que prestava a uma revista Regional “Tribuna Douro”, num estudo que fez das potencialidades do Concelho, do ponto de vista patrimonial e cultural, indicou Perafita. Como é do conhecimento da Sra. Presidente da Junta de

Freguesia, esteve no local um jornalista acompanhado pelo Sr. Presidente da Câmara, onde bateram fotos e fez umas páginas na referida revista, a tornar público, o valor enorme de Perafita, sobre esse ponto de vista. No levantamento da Carta Arqueológica feita pelos estagiários de Arqueologia da Câmara Municipal, está assinalada a aldeia de Perafita, como um dos sítios de enorme interesse a este nível. Informa ainda que o IPPAR está num processo de classificação, por reconhecer esse interesse patrimonial, tal como vai fazer em Favaios com toda a zona de intervenção da “Aldeia Vinhateira”. Esclarece ainda que a Câmara Municipal não se esquece de valorizar o turismo cultural, estando interessados em a potenciar ao máximo, de tal forma que no edifício, “Obra” da “Aldeia Vinhateira de Favaios”, quiseram que ficasse uma parte do Museu do Território do Douro, dedicada ao pão e ao Moscatel, para atrair o turista e a partir daí ir visitar todo o Património Cultural existente no Concelho. Esclarece ainda que o Historiador Hermano Saraiva, veio ao Concelho e falou de Perafita porque foi a Câmara Municipal que o enviou lá, fez reuniões com os técnicos da Câmara Municipal, com o Sr. Vereador da Cultura e algumas personalidades do Concelho, que não vivem no Concelho mas que conhecem como ninguém, porque nas suas actividades profissionais, são profundos conhecedores e investigadores nesta matéria, os quais estiveram também presentes nessa reunião. No que diz respeito à Barragem do Tua, Reffer, Ponte e Teleférico, dirige-se ao Sr. Deputado Manuel Carvalho e esclarece que o que afirmou noutras alturas relativamente a esta matéria, mantém: há uma enorme aposta da EDP em construir efectivamente a Barragem, assim como uma enorme aposta do Governo, até do ponto de vista do aproveitamento das energias renováveis e também da energia eléctrica. Há estudos que dizem que só construindo este tipo de Barragem é que podem evitar as cheias no Douro. A Reffer, ao fazer o investimento que está a fazer, é com o intuito de valorizar aquilo que sabe que não vai ter mais. Indica ainda que o acidente veio dar razão a alguns especialistas que consideram que aquele trajecto é tão bonito quão perigoso e não há condições para diminuir essa perigosidade. Afirma não acreditar que, a linha do Tua, depois deste fatídico acidente, continue viável. Lamenta as mortes que ocorreram e lamenta que em Portugal, uma vez mais, só quando morre alguém num acidente, é que as pessoas começam a fazer uma reflexão profunda, fazem inquéritos, etc. Assume que também não acredita que alguém pense em reactivar a ponte porque a mesma vai ficar submersa com a

Barragem, não havendo investimento por esse simples motivo. O melhor que pode acontecer para o Concelho de Alijó, para a Junta de Freguesia do Amieiro, em particular, é que a Barragem avance, porque passam a ficar com um espelho de água ao nível do Amieiro, Safres, S. Mamede de Ribatua, Carlão, todos vão beneficiar, mas sem dúvida, o Amieiro vai ficar numa situação privilegiada. Indica que o Sr. Deputado assistiu à apresentação da equipa técnica, que afirmou que o Amieiro fica com um espelho de água em cima da própria aldeia. Hoje falam de um projecto para a “Aldeia Vinhateira de Favaios” e amanhã podem falar de um projecto para o vale do Tua e as aldeias do vale do Tua, como uma nova oferta turística de turismo de paisagem, de beleza natural no Concelho de Alijó. Relativamente à fossa do Amieiro, indica que esta questão já foi colocada aos serviços técnicos e vai ver novamente em que ponto de situação se encontra esta questão. No que diz respeito à intervenção do Deputado Mário André, no que concerne aos depósitos de lixo, contentores e “monstros”, já respondeu, ao responder aos restantes Srs. Deputados. Lamenta a informação que o Sr. Deputado Mário André transmitiu, a propósito do poste da EDP, pois esta não pode tratar ninguém assim e o que o Sr. Deputado referiu, faz com que considere que já não há margem de manobra para resolver este problema, que não seja chamando à Câmara Municipal os responsáveis máximos da EDP e colocar de vez esse problema. Lança desafio às Juntas de Freguesia, que para a reunião com a EDP, façam os “trabalhos de casa”, façam o levantamento de todas as situações, mesmo daquelas que considerem mais estapafúrdias para colocar e que os Srs. da EDP possam responder de uma vez por todas. Solicita que a partir do presente momento, façam um pequeno memorando sobre as situações ridículas de ofícios e pedidos para a EDP, que não foram respondidos e que não houve eficácia nas respostas. Considera a situação do Poste da EDP, uma verdadeira ofensa e não acredita que os dirigentes regionais da mesma, tenham conhecimento dessa resposta, porque muitas vezes acontece que mandam fazer e como não podem ser fiscais de todos, as pessoas, por variadíssimas razões, não fazem as coisas como deviam. Daí a importância da referida reunião. No que diz respeito às obras de Cabeda e sua referência ao facto delas continuarem paradas, indica que, os Srs. Deputados, os Municípios, exigem muito da Câmara, e muito bem, e esta por sua vez, num espírito de voluntarista e de generosidade, procura fazer e responder positivamente, fazer todas as obras que pedem e responder positivamente a todos os desafios. No

entanto, tem que reconhecer que se calhar andam a fazer mais do que aquilo que a capacidade financeira permite, tendo que equilibrar as coisas, sobretudo quando têm projectos estruturantes como o aeródromo/aeroporto/zona industrial, são outros dois projectos planeados e apoiados por fundos comunitários num próximo quadro e para serem apoiados não só pela Câmara Municipal, mas por outras. Indica que há pouco tempo, foi apresentado na Câmara Municipal esse estudo estratégico feito para a comunidade do Douro e que vai exigir muito esforço para os cofres da Câmara Municipal e o dinheiro se vai para um lado, não poderá ir para outro. Desta forma, também têm que saber o que pretendem, se é continuar a investir em pequenas coisas ou em obras verdadeiramente estruturantes. Indica que é necessário fazer as duas coisas e todos em conjunto, numa reunião aprazada têm que ver o que podem fazer e não apenas o que querem fazer. No que me diz à intervenção do Sr. Deputado António Fernandes, no que concerne aos contentores, “monstros” e o facto de referir que não há nenhum na zona Norte do Concelho, esclarece não ter qualquer problema em afirmar que quem está a gerir essa matéria, é o Sr. Vice – Presidente e Vereador responsável pelas obras, não tendo conhecimento se há ou não algum, na referida zona. Indica ainda ter conhecimento que está a gerir este assunto com a Serurb, de forma a analisar cada caso e procurar resolver atempadamente tudo. Não põe em causa a afirmação do Sr. Deputado, tomou nota e vai junto do Sr. Vereador responsável saber o que se passa. No que diz respeito ao gabinete para ajudar a preencher o IRS, pensa que esta ajuda às pessoas, deve ser dada em primeira instância, ao nível das respectivas Juntas de Freguesia, porque normalmente trata-se de pessoas idosas, de pessoas com dificuldades, tal como referiu o Sr. Deputado. Pensa que as Juntas de Freguesia têm que ser cada vez mais uma espécie de mini – lojas de cidadão de apoio a todos aqueles que lá se dirigirem. Quando o problema não possa ser resolvido em primeira instância pela Junta de Freguesia, poderá a Câmara Municipal ajudar, através do Gabinete de Apoio ao Município, do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local, assim como os GAC. Dirige-se ao Sr. Deputado Pedro Perry, Presidente da Junta de Freguesia do Pinhão, informando que esteve no gabinete do Sr. Secretário de Estado da Administração Interna, responsável pelas forças de segurança do país, tal como na questão da saúde, nada está neste momento, decidido. O Governo está a fazer estudos a nível nacional, com extraordinário rigor que só serão postos no terreno se houver da parte do

Ministério das Finanças, disponibilidade de verbas, para fazer a reestruturação em curso. O objectivo da reestruturação não é que fique tudo igual, mas melhor, produzindo mais segurança para as pessoas, quer em termos psicológicos, quer em termos reais. Indica que o Sr. Secretário de Estado referiu que, relativamente ao Pinhão, como relativamente a todas as outras situações idênticas, serão chamados a pronunciar-se e este é um processo que também vai ser gerido com cada Autarquia em concreto. Obteve ainda informação que, postos com as características do Pinhão, fazem parte da reestruturação territorial, prestando serviço não apenas ao Pinhão, mas S. João da Pesqueira, Sabrosa e a uma mais vasta área territorial, dentro do Douro Património da Humanidade. O mesmo vai ter que ser reformulado em termos de meios materiais, em termos humanos, estando neste momento a ser feito um apuramento das situações, em termos nacionais. A referida reestruturação de rede só avançará se houver disponibilidade financeira, na medida em que implica uma aposta séria nos postos que ficarem, dotando-os de uma capacidade verdadeiramente operativa e não apenas simbólica como actualmente existe, não apenas no Concelho de Alijó, mas em muitos Concelhos, sendo a maior parte do interior. Indica que tem uma boa notícia no que respeita à questão da G.R.N., porque “postos faz de conta” não valem a pena, porque o próprio país não tem capacidade para aguentar estruturas de faz de conta. Está convicto que têm condições para terem um posto a sério, com as características referidas. No que diz respeito aos CTT, não tem resposta e portanto vão “voltar à carga”. No que diz respeito aos sinais, indica ser verdadeira a afirmação do Sr. Deputado e informa que já falou com as Estradas de Portugal, lançando-lhes um desafio, pois eles consideram que a parte do centro do Pinhão é uma estrada nacional e não concorda, pois a seu ver, o Pinhão está no meio do atravessamento de uma estrada nacional. Refere ainda que onde foram colocados os referidos sinais, é também ao mesmo tempo o centro urbano e lançou um desafio ao Sr. Eng. Jorge Machado das Estradas de Portugal, para que apresentasse um estudo à Câmara Municipal para poderem autorizar as partes das estradas nacionais que atravessam os centros urbanos, de forma a poder ser a Câmara a gerir. Desta forma, a Câmara, jamais agiria sem contactar os Srs. Presidente de Junta de Freguesia, assim como jamais o fariam com falta de bom senso ou em prejuízo das respectivas populações. No que diz respeito ao Posto de Turismo do Pinhão, ao IPTM e ao respectivo protocolo, indica que têm que reforçar uma vez mais o desafio

para que seja assinado definitivamente. Garantidamente, a obra não estará pronta até ao final do Verão e só fará sentido os referidos contentores continuarem no local se os puderem abrir e operacionalizar. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre segunda ronda de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO TAVEIRA:** Dirige-se ao Sr. Deputado Alfredo e esclarece que a Junta de Freguesia não é inimiga da Adega Cooperativa e para o Executivo, ninguém está acima da Lei e quem terá que se pronunciar sobre esta matéria, será o Ministério do Ambiente. Indica ainda que tem conhecimento que todos os resíduos industriais, antes de irem para a Etar, têm que ter um pré – tratamento. Relativamente à Adega do Sr. Silva Reis, também foi colocada esta questão e segundo informação, também vai ser averiguado e têm um tratamento a nível de fossas. -----

-----**DEPUTADO BELARMINO MONTEIRO:** Refere novamente a questão do Serviço de Atendimento Permanente ou do Serviço de Urgências, dizendo que as pessoas não se debruçam muito sobre esta questão, pois o importante é que o serviço exista e possam atender quando necessitam dele. Relativamente à questão dos CTT do Pinhão, indica que está extremamente solidário com o Sr. Presidente da Junta e têm que estar a tentos a estas situações, porque os CTT querem encerrar não apenas a estação do Pinhão, mas de Favaio, Sanfins do Douro, Carlão, S. Mamede Ribatua e Vilar de Maçada e quando esta altura chegar, se necessário, usar os meios necessários para impedir que tal aconteça. Relativamente à EDP, indica que tem inúmeras histórias para contar, mas a sua preocupação é que de facto os caminhos vicinais sejam cada vez mais alargados, permitindo a livre circulação das viaturas e acesso dos lavradores às propriedades. Informa que no dia oito do corrente mês, foi alertado que em Soutelinho, a EDP teria colocado nesse mesmo dia, um ramal constituído por quatro postes, um dos quais colocado num caminho já estreito. Dirigiu-se ao local e confirmou a situação, ligando ainda nesse dia para os responsáveis da EDP, alertando-os para essa situação. Comunicou aos mesmos que, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia estaria na disposição, sempre que a EDP necessitasse de colocar postes, de ser contactado e estar presente no local, para em conjunto encontrar a melhor solução. Indica que obteve como resposta “era só o que nos faltava, cada vez que temos que colocar um poste, termos

que contactar o Presidente da Junta”. Informa que fez o que achou necessário para mover o referido poste, embora sem resultado pois até já colocaram os respectivos cabos. Desta forma terá que enviar um ofício ao Sr. Director da RDP para resolver esta situação e concorda com o Sr. Presidente da Câmara ao marcar uma reunião, pois a seu ver “isto ultrapassa o que é razoável”. -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Pretende fazer uma correcção, pois indica não ter falado com euforia, tendo afirmado que ficava feliz e satisfeito ao ver as obras em Alijó, sentindo pena por não serem extensivas a todo o Concelho, no entanto sabe que se o Sr. Presidente pudesse, o faria, dado a sua juventude e vontade de construir obra. Relativamente a Perafita, lembra que há cerca de catorze anos, referiu que seria necessário fazer obras não só em Alijó e Pinhão, mas em todo o Concelho. A esta observação, o Sr. Presidente da Câmara perguntou se começariam por Perafita, obtendo uma resposta afirmativa, dado tratar-se de uma terra pequena. Indica que ficou contente pela semente que lançou naquela data e pelas vezes que teve oportunidade de o fazer, pois deu resultado e obteve “bons frutos”, justificando a sua presença nesta sala. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Agradece ao Sr. Presidente da Mesa por ter referido o Regimento e ter alertado para o facto do mesmo ainda não ter sido revisto. Indica que na revisão do mesmo, gostaria que ficasse contemplado que cada Sr. Deputado pode usar da palavra sempre que tenha argumento, visto ser uma ferramenta de trabalho e é um bom serviço que presta à Democracia. Indica compreender a resposta do Sr. Presidente da Câmara relativamente aos Gabinetes de Apoio ao Cidadão, no entanto têm que ter em conta que só podem fazer onde eles existem, não passando de três ou quatro situações. Todas as outras Freguesias não têm ninguém e todo o trabalho da Junta de Freguesia é feito na maior parte dos casos, unicamente pelo Presidente. Indica que é cada vez mais a informação que passa pelas Juntas de Freguesia, deixando pouco tempo aos respectivos Presidentes para tratarem do IRS dos idosos. Esclarece ainda que existem Juntas de Freguesia pequenas que não têm Gabinete de Apoio ao Cidadão e algumas só abrem ao Domingo antes da missa, não tendo condições e em muitos casos não têm conhecimentos para ajudar, daí a sua sugestão de ficar o referido Gabinete da Câmara com essa tarefa. Indica que se foram eleitos pelo povo, têm algumas formas de raciocinar e concorda com o Sr. Presidente da Câmara ao afirmar que existem infra estruturas ou obras que têm que ser feitas onde há condições



para tal. Alerta para o facto do Sr. Presidente afirmar que há obras que só podem ser feitas onde são, no entanto isso é para contornar a questão e lembra que há obras que têm que ser feitas em todo o Concelho. Dá como exemplo a sinalização vertical das Freguesias, processo existente há muito tempo, no entanto a Sede do Concelho já tem. Existem Freguesias pequeníssimas em que falam de jardins e outras já os têm há mais de um ano ou dois. A referida sinalização é tão importante no Sul, como no centro ou Norte, assim como o saneamento. O Concelho só consegue desenvolver harmoniosamente se for pelo seu todo, porque não estão a criar guetos, nem criticar Lisboa e o litoral para depois fazerem a mesma coisa. Finaliza afirmando que a Etar é um exemplo de infra – estrutura que não chega a Vila Chã. -----

-----**DEPUTADO MÁRIO ANDRÉ:** Agradece a marcação da reunião, sugerida pelo Sr. Presidente da Câmara com os responsáveis da EDP que têm o poder de decisão e também com as que têm poder de execução. Lembra ainda que na Junta de Freguesia de Vilar de Maçada, enviam fax (IP) para a EDP a fim de comunicar os incidentes com as luzes. No referido IP, vem mencionado em letras pequeninas que, a EDP tem um prazo de dez dias úteis para resolver o incidente. Indica que vai enviando faxes à medida que as pessoas se vão dirigindo à Junta de Freguesia, comunicando os incidentes. Lembra que um dia recebeu um telefonema de um técnico da EDP, comunicando que tinha solucionado uns problemas em Vilar de Maçada há cerca de uma semana, tratando-se de umas lâmpadas fundidas. O mesmo indicou ainda que estava extremamente espantado pois recebeu novo fax a solicitar o arranjo de mais duas lâmpadas, ao que solicitou ao Sr. Presidente de Junta que colocasse o IP na gaveta a aguardar e quando tivesse dez, quinze ou vinte incidentes, poderia enviar tudo para a EDP. A esta solicitação, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia respondeu que se no prazo de três meses não tiver mais reclamações a apresentar ou se não tiver incidentes, só passado um ano é que terá os problemas anteriores resolvidos. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos e apresentar o *Ponto Um da Ordem de Trabalhos* “*Exposição do Senhor Presidente da Câmara*”-----

-----**O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA** introduz o *Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos*. (transcreve-se na íntegra a exposição escrita que foi distribuída aos Srs. Deputados

Municipais e cujo teor é o que se segue). **EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** Cumprindo o estipulado na alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apresenta-se de seguida uma informação escrita sobre a situação financeira da Autarquia e sobre a actividade do Município respeitante aos meses de Dezembro de 2006 (segunda quinzena), Janeiro e início de Fevereiro de 2007: **1 – Situação Financeira da Autarquia:** No final do mês de Dezembro, a Câmara Municipal de Alijó, tinha em dívida aos seus fornecedores e empreiteiros, o montante de aproximadamente € 4.853.000,00. Desta dívida, importa salientar que 8,51% corresponde a despesas correntes, e 91,49% corresponde a despesas de investimento. No que respeita a pagamentos aos fornecedores do concelho, a metodologia do ano anterior mantém-se inalterada, sendo que continuam a receber a 30 dias. Relativamente aos empreiteiros, os pagamentos são feitos na sua grande maioria a entidades de factoring; note-se que se tem verificado um enorme recurso ao factoring por parte dos empreiteiros, tendo alguns deles, renegociado contratos de factoring no início do ano de 2007. Dado esta situação, está a divisão financeira em conjunto com o executivo a elaborar um novo plano de pagamentos. No que respeita a dívidas aos bancos, que no final de Dezembro se situava nos € 6.585.554,22, serão pagos de acordo com as cláusulas contratuais, tanto a nível das amortizações como dos juros. Relativamente ao empréstimo bancário, para saneamento financeiro, para liquidar dívida vencida, que se cifra em € 1.143.000,00, aguarda o município pela documentação vinda do tribunal de contas, prevendo-se que a libertação de tal montante ocorra brevemente. **2 – Actividade do Município:** **a – Actividade administrativa e de prestação de serviços:** Durante o período ora em apreço mantiveram-se abertos e em pleno funcionamento, os gabinetes e serviços desta Autarquia para tanto vocacionados, prestando o normal atendimento aos munícipes, esclarecendo as dúvidas surgidas, instaurando, tramitando e concluindo os processos que lhes estão afectos, encaminhando os cidadãos para os serviços respectivos, deferindo ou indeferindo autorizações e/ou licenciamentos, tudo dentro dos parâmetros definidos por Lei. **b – Actividade cultural e desportiva:** a – Actividade cultural:

#### **Biblioteca Municipal**

| <u>Mês</u>   | <u>Leitores inscritos</u> | <u>Livros requisitados</u> | <u>Vídeos requisitados</u> |
|--------------|---------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Dezembro*    | -                         | 101                        | 13                         |
| Janeiro      | 1                         | 210                        | 12                         |
| Fevereiro ** | 1                         | 51                         | 7                          |

\* a partir do dia 12 (inclusive);

\*\* até ao dia 13 (inclusive)

Biblioteca Itinerante

| <u>Mês</u>   | <u>Leitores inscritos</u> | <u>Livros requisitados</u> | <u>Vídeos requisitados</u> |
|--------------|---------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Dezembro     | 11                        | 118                        | 10                         |
| Janeiro      | 8                         | 861                        | 4                          |
| Fevereiro ** | -                         | 271                        | -                          |

\*\* até ao dia 9 (inclusive)

Auditório Municipal

### Estatísticas

| Dezembro |   |     |
|----------|---|-----|
| Música   | La Bazanca                                | 54  |
| Teatro   | Círculo de Justiça                        | 41  |
| Música   | Concerto de Natal                         | 240 |
| Cinema   | Uma Família à beira de ataques de nervos  | 38  |
| Cinema   | Maria Antoinette                          | 47  |
| Cinema   | Boog & Elliot vão à caça (Filme infantil) | 44  |
| Cinema   | O Diabo Veste Prada                       | 263 |
| Cinema   | Os filhos do Homem                        | 28  |
| Cinema   | 007 Casino Royal                          | 95  |
| Teatro   | Chico Lua & C <sup>a</sup> .              | 240 |
| Cinema   | A noiva cadáver                           | 240 |

### Janeiro

|         |  |     |
|---------|--|-----|
| Música  | Concerto de ano novo                                 | 138 |
| Teatro  | Lost in Space  | 78  |
| Música  | Pat Silva  | 81  |
| Cinema  | The Departed: Entre Inimigos                         | 37  |
| Cinema  | Eragon   | 52  |
| Cinema  | Por água abaixo (Filme infantil)                     | 52  |
| Cinema  | Perfume  | 66  |
| Cinema  | O amor não tira férias                               | 43  |
| Atelier | Desenho (máx. de Participantes aceites 15)           | 18  |
| Atelier | Artes decorativas (máx. de Participantes aceites 12) | 12  |

### Fevereiro

|         |  |    |
|---------|--|----|
| Cinema  | À Noite no Museu                                       | 81 |
| Cinema  | Artur e os Minimeus (Filme infantil)                   | 76 |
| Cinema  | Saw III - o legado                                     | 60 |
| Cinema  | Dejavu   | 45 |
| Atelier | Construção de Marionetas de luva                       | 28 |
| Atelier | Lenços de Namorados (máx. de Participantes aceites 10) | 10 |

Espaço Internet: Dezembro: 1902 utilizadores, Média de idades: 20.7; Janeiro 2779 utilizadores, Média de idades: 19.1; Fevereiro: 1747 utilizadores, Média de idades: 19.5. Formação: Mini cursos de informática para adultos: Janeiro: 8 alunos; Fevereiro: 11 alunos. b – Actividade desportiva: Actividades de carácter contínuo: Escola de Natação – continuação das actividades da Escola que está dividida em 3 grandes classes (dos 2 aos 7 anos; dos 8 aos 16 anos; adultos) que posteriormente se subdividem em níveis de aprendizagem. Actividade de características formativas que possibilita aos seus alunos, desde os 2 anos, não só a aprendizagem das várias técnicas da natação, mas também o aperfeiçoamento técnico e melhoria das suas capacidades coordenativas e condicionais. Hidroginástica – Uma actividade de sucesso. É uma actividade praticada por pessoas de várias faixas etárias, é o casamento perfeito do ritmo e do prazer de estar dentro de água. Actividades de Academia – Onde se inclui a prática de Aeróbica, Step, Localizada.

Dirigida a pessoas de várias faixas etárias e que procuram o aperfeiçoamento técnico mas também a aprendizagem. Estas aulas são uma oportunidade para todos aqueles que gostam de actividade física “indoor” realizarem uma prática desportiva regular com uma componente de ritmo e dinamismo sempre presente. Escola de formação desportiva Municipal – Este projecto de animação desportiva proporciona aos jovens do concelho a possibilidade de iniciar e praticar um variado leque de actividades de índole desportiva. Esta actividade a funcionar todos os sábados de manhã é enquadrado por professores/treinadores com vasta experiência nas várias disciplinas. Actividades Pontuais: Dia 20 de Janeiro - Encontro de Escolas de Natação – Chaves: A equipa da escola de Natação de Alijó compareceu com cerca de 20 atletas distribuídos pelos vários escalões. Entradas no Complexo para utilização da Piscina:

Dezembro 2006

| Entidade/Escola                | Nº de Entradas       |
|--------------------------------|----------------------|
| Escola de Natação              | 255                  |
| Escolas 1º ciclo               | 275                  |
| Escolas E.B. 2, 3 e Secundária | 196                  |
| Lazer                          | 171                  |
| Aeróbica                       | 167                  |
| Hidrogenástica                 | 77                   |
| Clube de Natação               | 241                  |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>1382</b> Entradas |

Janeiro 2007

| Entidade/Escola                | Nº de Entradas       |
|--------------------------------|----------------------|
| Escola de Natação              | 420                  |
| Escolas 1º ciclo               | 604                  |
| Escolas E.B. 2, 3 e Secundária | 808                  |
| Lazer                          | 210                  |
| Aeróbica                       | 84                   |
| Hidrogenástica                 | 103                  |
| Clube de Natação               | 393                  |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>2690</b> Entradas |

c – Gabinetes de Apoio ao Cidadão e Gabinete de Extensão Autárquica: Tendo como principal finalidade minorar os problemas encontrados no dia-a-dia dos munícipes, os Gabinetes de Apoio ao Cidadão (GAC) situados em Carlão,

Pinhão, Sanfins do Douro e Vilar de Maçada e o Gabinete de Extensão Autárquica (GEA), têm desenvolvido diversos esforços nesse sentido. As intermediárias continuam a desenvolver todas as actividades normais, tais como: realização de ofícios e apoio às Juntas de Freguesia onde estão instalados os GAC, assim como, para diversas Instituições: PT, EDP, Centro Nacional de Eleições, Segurança social, requisições diversas à Câmara Municipal, apoio na elaboração de trabalhos informáticos, elaboração de cartazes informativos, colaboração com diversas instituições existentes nas freguesias, elaboração de notícias e reportagens para o Portal Espigueiro. A pesquisa e navegação na Internet continuam a ser as actividades mais requisitadas, verificando-se cada vez mais, uma maior independência nas pessoas, especialmente nos mais jovens, nessas tarefas, tendo sempre o auxílio das intermediárias. Quanto ao Gabinete de Extensão Autárquica, o Agente tem prestado apoio às Intermediárias, tentando resolver os problemas informáticos que têm surgido. Tem sido a ponte entre os Gac, recebendo as informações e pedidos, e a Câmara Municipal, onde faz chegar a voz dos munícipes que frequentam esses Gabinetes. A colocação de informações no Sítio da Câmara, assim como no painel electrónico existente no jardim Dr. Matos Cordeiro, também têm sido uma função executada pelo Agente do GEA.

Alguns Números:

| Gac              | Dezembro 2006 | Janeiro 2007 |
|------------------|---------------|--------------|
| Carlão           | 210           | 480          |
| Pinhão           | 371           | 356          |
| Sanfins do Douro | 205           | 392          |
| Vilar de Maçada  | 644           | 486          |

De salientar que os números presentes são referentes a utilizadores e não a utilizações, já que um utilizador pode requerer mais do que um serviço e só é contabilizado uma única vez. d – Posto de Turismo: **Dezembro:** Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de vinte e dois portugueses e dois espanhóis; Prestação de informação turística documental a entidades várias; Continuação do Curso de Pintura a Óleo. Janeiro: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de oito portugueses, um inglês, dois espanhóis e dois franceses; Prestação de informação turística documental a entidades várias; Continuação do Curso de Pintura a Óleo. Fevereiro: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de de cinco portugueses, dois alemães e dois espanhóis; Prestação de informação turística documental a entidades várias; Continuação do Curso de Pintura a Óleo. Abertura do Posto de Turismo ao Fim-de-semana (10.30h/12.30h - 14.00h/

16.30h). **c – Obras e Intervenções Municipais:** \* Reparação de rupturas de água; \* Corte de mato e limpeza de valetas; \* Tapagem de buracos e colocação de massa betuminosa; \* Colocação de sinalética vertical e horizontal no concelho; \* Trabalhos vários em diversas escolas do 1.º ciclo do ensino básico; \* Desentupimento de saneamentos, fontanários, ribeiros e limpeza de nascentes; \* Limpeza de lixeiras; \* Colocação de tubos em PVC 0.75 em condutas danificadas; \* Distribuição de briquetes pelas escolas; \* Limpeza de sarjetas e estradas; \* Limpeza e arranjo de caminhos, ruas e cemitérios; \* Reparação e pintura de casas em Bairros Sociais; \* Abertura de estrada; \* Transporte de lenha para as fogueiras de Natal; \* Abertura de caixa com máquina e camião para calcetamento de várias ruas; \* Abertura de passeio junto aos balneários do Campo de Futebol de Favaios; \* Remoção de contadores partidos e colocação de contadores novos; \* Arranjo do largo junto à Nossa Senhora da Piedade; \* Construção e reparação de várias rotundas; \* Reparação de depósitos; \* Retirar a cobertura das bancadas no Campo de Futebol de Favaios; \* Trabalhos vários relacionados com a Feira dos Reis em Vila Verde; \* Limpeza das Fogueiras de Natal; \* Colocação de sal nas estradas. - **Lançamento, acompanhamento e execução dos seguintes concursos:** - Beneficiação de Estradas no Concelho – Pinhão – (em concurso); - Projectos de Iluminação dos Polidesportivos em Carlão, Franzilhal, Pegarinhos, São Mamede de Ribatua, Vila Chã e Vila Verde (em concurso); - Ampliação das Redes Eléctricas – prolongamento da Rede de Iluminação Pública em Carlão e em Francelos, colocação de Focos de IP em Favaios, prolongamento da Rede de Iluminação Pública na Chã, remodelação da Rede de Iluminação Pública em Cabeda, remodelação da Rede de Iluminação Pública em Sanradela, prolongamento da Rede de Iluminação Pública em Ribalonga, prolongamento da Rede de Iluminação Pública no Alto do Pópulo, conservação da Rede de Iluminação Pública no Pinhão, conservação da Rede de Iluminação Pública em Casal de Loivos, desvio de rede de distribuição BT em Vilarinho de Cotas, infraestruturas de Electricidade e Rede de Telecomunicações no Loteamento Quinta do Sol em Alijó (em concurso); - Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais em Alijó – 2ª Fase – Povoação de Vilarinho de Cotas (em concurso); - Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais em Alijó – 1ª Fase – Povoação de Castedo (em concurso); - Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais em Alijó – 2ª Fase – Povoação de Francelos (em concurso); - Pavimentações nas Freguesias – Alijó - Acesso ao Reservatório da Lama Boa - (em concurso); - Beneficiação da Pista 12-30 – Projecto de Arquitectura (adjudicada); - Controlo da Qualidade da Água (adjudicada); - Ampliação e Conservação das Redes de Saneamento – Chã - (em concurso). **d – Acção Social, educação e saúde pública:** a – Acção Social: Atendimento / Encaminhamento de situações; Apoio psico - social; Acompanhamento e apoios vários à Comissão de Protecção de Crianças e jovens (acompanhamento de crianças para consultas, internamento em lares, cedência de viatura para visitas domiciliarias); Internamento de crianças em risco em instituições de acolhimento; Continuação do Projecto "NOVOS RUMOS" – Candidatura ao Programa Progride - Medida 2, em parceria com a Stª Casa da Misericórdia de Alijó. Este projecto: tem por objectivo intervir junto de famílias disfuncionais, Crianças e Jovens em risco, situações de violência doméstica e criação de um CAO Para deficientes; Apoio a Idosos e Deficientes: Dada a incapacidade da Segurança Social em dar resposta a todas as

solicitações a nível dos apoios para ajudas Técnicas, a Autarquia tem vindo a adquirir alguns dos equipamentos mais solicitados tais como cadeiras de rodas e camas hospitalares, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e deficientes do Concelho. De forma a rentabilizar estes equipamentos, adoptou-se a modalidade de empréstimo, sempre que as famílias deixem de os necessitar são devolvidos a Autarquia para serem emprestados a outros idosos. Assim, procedeu-se a: - atribuição de duas cama para um utente de Vale de Mendiz e Sanfins do Douro. Até ao momento encontram-se emprestadas 20 camas hospitalares, no Castedo, Alijó, Carlão, Sanfins do Douro, Vila Verde e Vilar de Maçada, S. Mamede, Pegarinhos); - Atribuição de fraldas a idosos e deficientes acamados do Concelho; - Até ao momento encontram-se emprestadas 17 cadeiras, no Castedo, Alijó, Carlão, Vilarinho de Cotas, São Mamede, Vila Chã, Sanfins do Douro e Vilar de Maçada, Vilarinho de Cotas). Pegarinhos, Vila Chã. Apoio à Habitação; - Apoio para obras de reparação em habitações degradadas de famílias de fracos recursos (cinco situações – 1 Cabeda, 1 Vale de Mendiz, 1 Pegarinhos, 1 Pópulo, 1 Amieiro, 1 Vila Chã) - Acompanhamento psicossocial dos agregados intervencionados; - Informação e orientação sobre programas e/ou medidas de apoio à habitação; - Abertura de concurso para ocupação de dois Fogo que vagaram no Conjunto Habitacional de Cotas; - Início da selecção dos candidatos ao conjunto Habitacional de Casal de Loivos. Programa “SOLARH”: N.º de processos concluídos desde o início do Programa – 18; N.º de processos entrados – 0; N.º de processos aprovados – 1; N.º de processos aprovados e que se encontram em fase de obras – 2; N.º de processos a aguardar aprovação – 0; N.º de processos a aguardar parecer técnico da Câmara – 0; N.º de processos indeferidos – 0; N.º de processos suspenso – 0; N.º de desistências – 0. Apoio na Saúde: Integração socioprofissional de toxicodependentes – Programa Vida –Emprego. Neste momento, estão em acompanhamento: - Processos concluídos com integração plena desde o início do Programa – 25; - Processos concluídos sem integração – 6 ( a não integração foi por decisão dos utentes e não pelas entidades empregadoras); - Estágio Profissional de Integração Socioprofissional – 0 (houve uma desistência por parte do utente); - Processos em preparação – 6; - Medida “Apoio ao Emprego” – 5; Processos cancelados – 0; - Processo concluído a aguardar resposta para integração – 0. Apoio Acção Social escolar: - apoio no transporte escolar de crianças com deficiência, que frequentam estabelecimentos especializados, APPCDM de Sabrosa e APPC de Vila Real;- apoio a nível de refeições a crianças do 1º Ciclo e Pré - Escolar; - apoio a nível das refeições a crianças de famílias desfavorecidas. b - Educação: \* Continuação do Programa de Generalização do Ensino de Inglês e outras Actividades de Enriquecimento Curricular para todos os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Alijó – Ensino de Inglês, Expressões, Ensino da Música e Actividade Física e Desportiva (Educação Física e Natação); \* Programa de Generalização do fornecimento de Refeições para os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico – fornecimento de refeições escolares aos alunos das Escolas 1º CEB de Alijó, Granja, Pinhão, Vilar de Maçada, Pegarinhos, Sanfins do Douro, Vila Verde, Vila Chã, Favaios, S. Mamede de Ribatua, Carlão, Ribalonga;\* Protocolo de Cooperação do Pré-Escolar – fornecimento de refeições (Alijó, Granja, Presandães, Favaios, Pegarinhos, Pinhão, Ribalonga, Santa Eugénia, Vila Chã e Vilar de Maçada) e de prolongamento de horário (Alijó, Granja, Castedo, Presandães, Favaios, Pegarinhos, Pinhão, Ribalonga,



Santa Eugénia, Vila Chã, Vilarinho de Cotas e Vilar de Maçada) às crianças do Pré-Escolar público; \* Distribuição de briquetes e lenha pelas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância Públicos; \* Transportes escolares, salvaguardando o princípio da uniformização dos horários escolares independentemente da localidade;\* Transporte das crianças do 1º CEB provenientes das escolas que encerraram em virtude do reordenamento da rede escolar;\* Cedência de transporte para visitas de estudo de todos os níveis de ensino; \* Cedência de transporte para Desporto Escolar da Escola Secundária de Alijó, Escola EB 2,3 de Alijó e Escola EB 2,3 do Pinhão; \* Cedência de transporte a todos os deficientes do concelho para a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Vila Real e Associação Portuguesa de Pais de Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Sabrosa (transporte diário e transporte semanal); \* Realização de obras de reparação e beneficiação em edifícios escolares e espaços circundantes; \* Obras nas Escolas 1º CEB de Favaios, Sanfins do Douro e Vilar de Maçada; \* Desinfestação e limpeza de recintos escolares;\* Divulgação de iniciativas e actividades promovidas por várias entidades junto dos Agrupamentos Verticais de Escolas de Alijó e do Pinhão e da Escola Secundária de Alijó; \* Colocação de Auxiliares de Acção Educativa nos Infantários Públicos – prolongamento de horário (Alijó, Castedo, Favaios, Granja, Pinhão, Pegarinhos, Presandães, Ribalonga, Santa Eugénia, S. Mamede de Ribatua, Vila Chã, Vilar de Maçada e Vilarinho de Cotas); \* Colocação de Auxiliares de Acção Educativa para apoiar alunos e crianças nas refeições (Alijó, Vila Verde, Sanfins do Douro); \* Colocação de alguns Recursos Humanos (POC) em Vila Chã, São Mamede e Alijó, apoio às refeições, transportes e prolongamento; \* Fornecimento de equipamento imobiliário e material didáctico em alguns Jardins de Infância públicos e Escolas do 1º CEB; \* Participação na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (cedência de técnicos para acompanhamento de casos, cedência de instalações, cedência de viatura, apoio logístico). \* Protocolo com Núcleo de Sabrosa da Cruz Vermelha Portuguesa com vista à implementação de outros cursos EFA (Educação e Formação de Adultos) no concelho de Alijó. c – Saúde Pública: - Inspeção do pescado fresco vendido no Mercado Municipal de Alijó e no supermercado Intermarchê; - Inspeção da carne fresca vendida em todos os talhos do concelho de Alijó; - Controlo do destino das matérias da categoria 3 (subprodutos), geradas pelos talhos do concelho de Alijó, conforme o disposto no Regulamento CE/1774/2002 do Parlamento Europeu e do Concelho de 2002/10/04, e o Decreto-Lei nº 244/2003 de 07 de Outubro; - Vistorias para concessão de licença de utilização de estabelecimentos de venda de produtos alimentares; - Emissão de pareceres relativos a projectos de instalação de explorações pecuárias, e de estabelecimentos de venda de produtos alimentares; - Emissão de pareceres relativos a veículos de venda ambulante de produtos alimentares; - Resolução de queixas de insalubridade apresentadas à Câmara Municipal; - Captura de 5 canídeos em cada mês, e seu posterior envio para o Canil Municipal de Lamego, ao abrigo do protocolo estabelecido com essa edilidade; - Prestação de cuidados de saúde animal, com consultas a custo zero para o proprietário; - Assistência médico-veterinária ao centro de reprodução de coelho bravo da Câmara Municipal de Alijó; - Campanha de vacinação anti-rábica (época especial); - Colaboração com a Guarda Nacional Republicana, em solicitações relacionadas com problemas de saúde pública; - Participação no Júri de Admissão do Concurso Pecuário da Feira dos Reis, na localidade e freguesia de Vila Verde;

**e – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local**

| Área de Intervenção  | Participantes  | Objectivos  | Forma de Intervenção   |
|--|--|---|--|
| Concelho de Alijó –<br>Santa Eugénia<br>Sector Agro-Pecuário:<br>- Criação de<br>Estabelecimento de<br>Venda Directa                         | . GADL;<br>. Agricultor/Produtor.  | . Acompanhamento de projecto<br>aprovado de Cozinha Tradicional para<br>produção de fumeiro.    | . Reuniões de trabalho com o<br>agricultor. Acompanhamento das<br>obras de beneficiação em curso na<br>Cozinha Tradicional para a produção<br>de fumeiro.                                |
| Concelho de Alijó –<br>Pópulo<br>Sector Agro-Pecuário:<br>- Criação de Pocilga<br>Familiar em Regime<br>Complementar                         | . GADL;<br>. Promotor;<br>. Associação Nacional de<br>Criadores de Suínos da<br>Raça bisara de Vinhais;<br>. Veterinário da<br>Associação. | . Criação de porcos da raça Bisara em<br>regime semi -extensivo                                 | . Visitas de trabalho, à exploração,<br>para acompanhamento da actividade;<br>. Visita à feira de fumeiro de Vinhais;<br>. Participação nas Jornadas sobre o<br>porco bísaro em Vinhais. |
| Concelho de Alijó –<br>Vilar de Maçada<br>(Francelos)<br>Sector Agro-Pecuário:<br>- Criação de Pocilga<br>Familiar em Regime<br>Complementar | . GADL;<br>. Promotor;   | . Criação de porcos da raça Bisara em<br>regime semi -extensivo                                 | . Visita ao local de instalação da<br>exploração de suinicultura;<br>. Reunião com o promotor sobre os<br>procedimentos a efectuar na criação<br>da exploração.                          |
| Concelho de Alijó –<br>Alijó<br>Sector Agro-Pecuário:<br>- Criação de<br>Estabelecimento de<br>Venda Directa                                 | . GADL;<br>. Agricultor/Produtor.  | . Aconselhamento sobre os<br>procedimentos a efectuar na produção<br>e licenciamento de fumeiro | . Reunião de trabalho no GADL com<br>o agricultor.   |

|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
| Concelho de Alijó<br>(Sector Comércio)  | . GADL.   | . Sensibilização dos comerciantes para a abertura do MODCOM – Sistema de Incentivos a projectos de Modernização do Comércio. | . Divulgação da informação através das Juntas de Freguesia   |
| Concelho de Alijó<br>(Sector Comércio) –<br>Alijó, Chã, Vila Chã,<br>Santa Eugénia.                               | . GADL;<br>. Cinco Comerciantes;<br>. Empresa de Consultoria<br>(SPA/GLOCAL). | . Modernização e revitalização da actividade comercial.  | . Reuniões de trabalho com os comerciantes, Técnicos do GADL e SPA (empresa que efectua enquadramento dos projectos propostos e formação aos potenciais empreendedores).   |
| Concelho de Alijó<br>(sector Agro-Florestal)  | . GADL;<br>. MADRP  | . Desenvolvimento Rural 2007-2013  | . Participação na apresentação do Programa de Estratégia Nacional de Desenvolvimento Rural de 2007-2013  |
| Área de Intervenção   | Participantes   | Objectivos   | Forma de Intervenção   |
| Concelho de Alijó<br>(Sector Cinegético –<br>Zona de Caça<br>Municipal de Alijó-<br>ZCMA- Proc. DGRF<br>n.º 2596) | . GADL;<br>. Colaborador da CIBIO;<br>. Guardas Florestais<br>Auxiliares.     | Melhorar a Gestão da ZCMA  | . Realização de Censos com vista a uma melhor Gestão da ZCMA, bem como forma de obter informação acerca do sucesso dos repovoamentos realizados;<br>. Acções de repovoamento (lançamento de um total de 1500 exemplares de perdiz vermelha), em áreas previamente definidas onde foram criadas condições, tais como:<br>- colocação de comedouros;<br>- disponibilidade de água nas áreas referidas.<br>. Registo Periódico do estado dos bandos de perdizes colocados na ZCMA;<br>. Realização de sementeiras;<br>. Realização de Montaria (7ª Montaria 13/01/07);<br>. Serviço administrativo da ZCMA: - Inscrição de caçadores na zona de caça, emissão de licenças de caça e emissão de autorizações para caçar na ZCMA. |

|   |  |  |  |
|---|--|--|--|
| Concelho de Alijó<br>(Sector Florestal) | <ul style="list-style-type: none"> <li>. GADL e GTF;</li> <li>Vice-Presidente do Município de Alijó (responsável pela Protecção Civil do Concelho).</li> <li>. Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios.</li> </ul> | . Aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.   | . Reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios   |
| Concelho de Alijó<br>(Sector Florestal) | <ul style="list-style-type: none"> <li>. GTF;</li> <li>. Forestis;</li> <li>. Aflodounorte;</li> <li>. DGRF;</li> <li>. Equipas de Sapadores Florestais.</li> </ul>  | . Utilização da técnica de Fogo Controlado na Prevenção de Incêndios Florestais.   | . Acção de Fogo Controlado no Campo de Tiro de Alijó.  |
| Área de Intervenção                     | Participantes  | Objectivos   | Forma de Intervenção   |
| Concelho de Alijó<br>(Sector Florestal) | <ul style="list-style-type: none"> <li>. GTF;</li> <li>. Proprietários florestais</li> </ul>   | . Conhecimento do Decreto-Lei nº 124/2006 de 28 de Junho que estabelece as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.  | . Esclarecimento de alguns artigos relacionados com a gestão de combustível (limpeza/remoção de biomassa vegetal) nas suas propriedades. |
| Concelho de Alijó<br>(Sector Florestal) | <ul style="list-style-type: none"> <li>. GTF;</li> <li>. Técnico da Circunscrição Florestal do Norte;</li> <li>. Técnico da Aflodounorte;</li> <li>. Representante da Comissão de Baldios de Vila Verde</li> </ul>                   | . Avaliação da área para a utilização da técnica de Fogo Controlado na Prevenção de Incêndios Florestais. para Fogo Controlado.  | . Visita ao terreno.   |
| Concelho de Alijó<br>(Sector Florestal) | . GTF.   | . Aprendizagem de todos os conteúdos que devem constar num Plano de Fogo Controlado para poder fornecer elementos á Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios para a aprovação dos mesmos, pois é da competência da CMDFCI aprovar estes planos. | . Participação no Curso de Formação de avaliação de Planos de Fogo Controlado, organizado pela UTAD e Forestis.                          |

|   |  |   |   |
|---|--|---|---|
| Concelho de Alijó<br>(Sector Florestal) | . GTF;<br>. Escolas do Distrito de Vila Real;<br>. Serviços Municipais de Protecção Civil;<br>. Comandante Operacional Distrital | . Apresentação pública dos “Clubes de protecção Civil”, a importância da Protecção Civil nas Escolas. | . Participação na apresentação do projecto “Clubes de Protecção Civil”. |
| Concelho de Alijó<br>(Sector Florestal) | . GADL e GTF;  | . Planeamento das actividades a desenvolver no Dia Mundial da Floresta.                               | . Reunião com as Professoras responsáveis pelo Clube da Floresta.       |

Alijó, 21 de Fevereiro de 2007, O Presidente da Câmara: José Artur Fontes Cascarejo, Dr.

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** No que diz respeito à questão abordada pelo Sr. Deputado Belarmino Monteiro, explica que apenas fez diferença entre Urgência e Serviço de Atendimento Permanente (SAP) para explicar porque é que Alijó não está em cima da mesa para debate. Indica ainda que, é por se preocuparem com as populações que lhe explicou tudo o resto, sendo uma estratégia do Município para todos os cenários possíveis, no que concerne ao reordenamento. No que diz respeito aos CTT e EDP, desde a primeira hora têm estado com todas as Juntas de Freguesia que têm estas infra – estruturas, tendo resistido a esta alteração. Informa todos os Srs. Deputados que, segundo o responsável dos CTT, o Concelho de Alijó, é o único, na Região de Trás os Montes e Alto Douro, que ainda não aderiu à reestruturação que eles defendem, que segundo o seu ponto de vista, mais não é que um passo para o encerramento definitivo dessas infra – estruturas. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado António Fernandes e questão do IRS, indica que a sua intervenção vai de encontro ao que tinha afirmado, pois quando os assuntos puderem ser resolvidos ao nível da Junta de Freguesia, serão, aqueles que não poderem, já existem na Câmara Municipal dois Gabinetes que podem fazer esse trabalho, sendo o Gabinete de Atendimento ao Município e o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local. Indica ainda que pode equacionar a hipótese, junto dos actuais funcionários dos GAC, fazerem em dias escolhidos pelos Srs. Presidentes de Junta, uma ida em dia próprio, a todo o Concelho que não é coberto pelos GAC. Esclarece que quando estava a tentar fazer com que o assunto fosse resolvido a nível da Junta de Freguesia, não era intenção sua alijar a sua responsabilidade para a Junta de Freguesia, mas evitar que o idoso se desloque a Alijó

para resolver essa questão e se querem efectivamente ajudar, é onde eles vivem. Lembra no que diz respeito aos GAC, a Câmara Municipal de Alijó, é um exemplo porque foram dos poucos Concelhos que continuaram a prestar esses serviços, mesmo depois de ter sido abandonado pela U.T.A.D. quando deixou de haver dinheiro de fundos comunitários para sustentar o projecto. Tal como é do conhecimento dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, ainda antes do término desse projecto, a Câmara tinha intenção de alargar os GAC a todo o Concelho e só não o fizeram pela falta de dinheiro para o efeito. No entanto conseguiram manter os que estavam em funcionamento à custa do próprio esforço financeiro, pois sabem que é uma óptima medida de apoio aos cidadãos daquelas Freguesias. No que diz respeito à sinalização vertical/ sinalização turística, indica que tem a ver com as prioridades que cada Sr. Presidente da Junta de Freguesia estabelece em todos os anos, quando falam do respectivo Plano de Actividades, em conjunto com a Câmara Municipal. Informa que a Junta de Freguesia de Alijó, ainda no Mandato do Dr. Cerca iniciou este processo, o qual carece de um projecto e quando tomou funções no Mandato anterior, já tinha o projecto elaborado e aprovado, porque era uma prioridade da respectiva Junta de Freguesia, avançando desta forma, mais rápido. Informa ainda que posteriormente, a Câmara mandou elaborar um processo idêntico para todas as Juntas de Freguesia, o qual teve alguns avanços e recuos de carácter técnico e não por falta de vontade política, que não foi finalizado. Este é um processo que está na mesa de prioridades e ainda não foi finalizado porque surgiram alguns desentendimentos entre a confecção técnica e estética com as exigências que as Leis nacionais obrigam relativamente a esta matéria. No que diz respeito ao saneamento e Etar's, esclarece o Sr. Deputado que, uma das Etar's na sua Freguesia é da responsabilidade da Empresa Águas de Trás os Montes e Alto Douro e a Câmara não vai fazer o que lhes compete a eles, mas relativamente ao saneamento lembra que no início deste Mandato fizeram alguns e esta é uma matéria onde estão de consciência tranquila. Indica ainda que não só neste Executivo, mas o Executivo do Dr. Cerca e do Dr. Aníbal ou até mesmo do Sr. Paula Cardoso, pois desde o 25 de Abril que a Câmara Municipal é um exemplo apresentado em todos os lados como Autarquia que desde a primeira hora se preocupou com uma cobertura equitativa nesta matéria, de todo o concelho. No que diz respeito às obras nas Freguesias, a propósito de um acordo aceite por todos, há as pequenas obras que são da responsabilidade dos Srs. Presidentes de Junta de

Freguesia e que terão que executar com as verbas do acordo de transferências, a transferir por duodécimos para cada uma das Juntas de Freguesia e existem ainda as obras que a Câmara Municipal vai ter que realizar. Informa que desde 2005 que a Câmara Municipal, não tem um aumento de um euro nas transferências do Orçamento Geral do Estado para esta Autarquia e tem havido aumento das despesas, desde logo aumento das despesas com a Segurança Social dos funcionários da Autarquia local, que têm aumentado todos os anos uma percentagem considerável. Desde logo há aumento de todo o tipo de transacções e serviços, aumento de todo o tipo de contractos de empreitadas que a própria Câmara estabelece porque tem a ver com o dinamismo económico. Informa ainda que desde 2005 até à presente data, os recursos financeiros disponíveis em vez de se manterem ou aumentarem, têm diminuído. Todos têm que fazer uma análise rigorosa das suas necessidades, em função das suas possibilidades e para além disto têm agora um outro limite ao exercício da actividade, ou seja, o limite ao endividamento que está estabelecido na nova Lei das Finanças Locais e que origina que, se amanhã a Câmara Municipal ultrapassar esse limite de endividamento por ter realizado mais obras do que aquelas que podia realizar, em função da recita que possui, imediatamente no mês a seguir, começam a cortar-lhe o correspondente a essa ultrapassagem. Desta forma em vez de terem mais, têm cada vez menos, pois todos estes dados estão informatizados. Informa que no mês transacto, porque um formulário preenchido electronicamente não chegou no dia certo à DGAL, receberam menos 10% nas transferências. O rigor vem de cima e obriga a ter o mesmo rigor a nível local porque o Estado considera que o tempo das infra – estruturas básicas, água, saneamento, luz e acessibilidade, está praticamente concluído, havendo necessidade de promover serviços de proximidade ao cidadão, de qualidade. Esclarece que o dinheiro para essas infra – estruturas será mais de manutenção do que para fazer de novo e portanto estão a fazer um enormíssimo corte nessa matéria. Esclarece ainda que no próximo quadro comunitário, o grande “bolo” é para criar emprego, para promover o desenvolvimento económico e apostar fortemente na formação, na educação, na acção social, na saúde, no emprego, porque chegaram à conclusão que fazer muitas rotundas ou muitas estradas ou obras de requalificação urbana, não produzem automaticamente emprego e desenvolvimento económico. A prova provada é que o Concelho de Alijó e todos os outros, estão muito mais bonitos do ponto de vista urbanístico

mas a sangria da população continua, sendo o principal problema a desertificação humana. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Mário André, indica que assentou a sua nota e considera-a uma boa sugestão. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduce *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos “Pedido de Aprovação da 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2007”*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que este é um mecanismo, um instrumento de gestão absolutamente necessário para irem adaptando o Plano às necessidades que, quando o mesmo foi elaborado, não estavam previstas ou a qualquer alteração de carácter técnico. Indica ainda que isto é absolutamente necessário para irem adaptando as necessidades às possibilidades. ---

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre o Período de Inscrições e não havendo inscrições, procedeu-se à votação do *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos “Pedido de Aprovação da 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2007”*, sendo aprovado por maioria com 30 votos a favor e 05 abstenções. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos “Pedido de declaração de reconhecimento de interesse público para o concelho, o empreendimento destinado à instalação de uma indústria de vinificação, na Quinta da Romaneira, sita na freguesia de Cotas”*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que este é um investimento de carácter privado mas de enorme significado, quer do ponto de vista vitivinícola, quer do ponto de vista turístico, para o Concelho. Este está localizado na Freguesia de Cotas, Quinta da Romaneira e mesmo depois de aprovado e licenciado, ainda carece de um mecanismo desta natureza, de um RIP (Reconhecimento de Interesse Público) Municipal para poder avançar. Este é um dos assuntos que o Sr. Secretário de Estado do Ambiente afirmou que estava em cima da sua mesa para eventualmente rever, isto é, a necessidade de um processo desta natureza, que já passou pela Câmara, pela CCDR, pela Secretaria de Estado do Turismo e ainda volta à Câmara para um RIP. Este é um verdadeiro emaranhado de teias burocráticas que muitas vezes impedem o desenvolvimento. Convida todos os Srs. Deputados, na medida em que possam, verificarem o que se está lá a fazer porque é um investimento exemplar



ao nível do “casamento” entre a vitivinicultura e o turismo. É importante para o Concelho, em termos de trabalho e emprego directo e indirecto porque este tipo de investimentos, não obstante de ter a característica de resort, do ponto de vista turístico, não o tem do ponto de vista vitivinícola e quer num ponto de vista, quer noutra, terá necessariamente um impacto enormíssimo na economia local em termos de emprego directo e indirecto. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO ANIBAL FERREIRA:** Indica que pelo que percebeu, o que está em causa é apenas uma unidade para transformação das uvas da Quinta da Romaneira, no entanto desejava ser esclarecido pelo Sr. Presidente da Câmara. Indica ainda que não está em causa o remanescente do projecto turístico propriamente dito, o turismo rural. Pergunta se este investimento que pedem que reconheçam como utilidade pública, tratando-se de um investimento privado, parece-lhe que há algo “que não joga bem” e pergunta se integra o investimento turístico ou não. Indica ainda que a construção já está feita, foi licenciada pela Câmara, todos os seus requisitos, e pergunta se é única e exclusivamente para corrigir ou autorizar uma construção na reserva ecológica. Pergunta ainda que previsibilidade há para a criação de emprego em relação a este investimento e se será emprego permanente ou só durante o tempo de vindima e quantos postos de trabalho serão criados. -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Relativamente a este assunto pretende reforçar um pouco a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, porque já teve oportunidade de visitar esta unidade de vinificação. Indica que poderia dizer muito acerca do mesmo, mas é um desafio para quem tiver oportunidade de visitar as instalações, dignas de serem visitadas. Esta é uma estrutura de vinificação ultra moderna, com a tecnologia mais alta e mais apurada que existe em termos de vinificação, está virada unicamente para a qualidade, sem contudo ter em atenção dois aspectos em particular, um deles tem a ver com a parte turística, pois é uma adega que permite fazer em plena elaboração, sem implicar com os trabalhos, uma visita de grupos para verem todo o processo de vinificação do Vinho do Porto de Alta qualidade e também tem a particularidade de além do seu enquadramento na paisagem, de uma arquitectura muito moderna, com materiais nobres na sua utilização. Esclarece que é uma adega que está completamente enterrada, em que foi utilizado o betão não parte não

visível e todo o resto é trabalhado em xisto, vidro e madeira. Indica que esta foi concebida para produção própria. A Quinta da Romaneira é a segunda maior Quinta, em termos de área, na Região do Douro e lamenta que não haja outras que sofram uma intervenção do género, nomeadamente no Douro de encosta para o Rio, pois seria bem vindo uma vez que reparou que existe em Cotas, um restaurante que está a fornecer duzentas refeições por dia, não esquecendo as pessoas envolvidas ao investimento e só não tem trabalho se não o pretenderem, pois uma parte significativa vai ficar lá na zona. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimento solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que uma parte do que teria que informar, foi já informado pelo Sr. Deputado Telmo Pinto, não havendo necessidade de o repetir. Relativamente às dúvidas levantadas pelo Sr. Deputado Aníbal Ferreira, indica que o que está neste momento em causa é a adega de vinificação e tal como já tinha explicado no processo entregue aos Srs. Deputados, não podem ver esta adega de vinificação de forma isolada, porque o projecto de desenvolvimento turístico de vinte e cinco milhões de euros, tem uma componente de edificação, recuperação dos edifícios que existem, mas também uma componente de agro – turismo. O mercado que pretende atingir, é o turista que não apenas procura comida, bebida, cama e paisagem, mas que procura compreender, intervir e eventualmente adquirir o produto que se vende por excelência na região, o vinho. Para compreender melhor este investimento, só deslocando-se ao local, pois tal como afirmou o Sr. Deputado Telmo Pinto, esta adega está integrada de forma perfeita, sendo um projecto absolutamente exemplar que podia enquadrar-se perfeitamente nos projectos PIN (Projectos Interesse Nacional) e como exemplo de uma boa prática entre transformar e conservar na região Duriense, assim como o equilíbrio entre a componente turística e a componente da vitivinificação. Este investimento vai produzir emprego directo e indirecto e a própria Câmara com a reunião que teve com os investidores, procurou garantir isso, lançando-lhes esse desafio e houve uma grande receptividade por parte dos mesmos. O referido emprego directo e indirecto já existe neste momento, pois basta deslocarem-se ao café e verem as pessoas que trabalham neste investimento. Para manterem aquele jardim de hectares de vinha conforme está e para terem os

clientes turísticos que pretendem ter, dado ser um investimento topo de gama ultrapassando até o Marina Hotel, vão ter que ter todo o espaço envolvente num brinco. Assim têm que recorrer à mão-de-obra qualificada para o efeito, a qual está no Concelho de Alijó. O trabalho tipicamente rural está mais do que garantido e há ainda a componente turística, em que lançaram o desafio à empresa que foi aceite e vão exigir que todo aquele trabalho que possa ser executado por pessoas do Concelho, mesmo que eventualmente não tenham essa formação, que a própria empresa, em parceria com a Câmara lhes possa dar formação e prioritariamente as pessoas sejam recrutadas no Concelho. Dá como exemplo a última ida a Angola, para promover o emprego global, fizeram um protocolo com Angola para abrir mais uma janela de oportunidades aos jovens para conseguirem emprego ou eventualmente criarem empresas noutras partes do mundo que estejam num processo de desenvolvimento diferente do de Portugal, como é o caso de Angola, que está numa fase básica, primária, embrionária do seu processo de desenvolvimento e para onde podem exportar conhecimento, mão de obra qualificada, a língua, a luso fonia e empatia com eles. Informa que abriram um concurso para contratar um engenheiro civil para trabalhar em Saurimo, terra com a qual fizeram uma geminação, no entanto, até ao presente momento, apenas uma pessoa se mostrou interessada. Este projecto não pode ser desligado da questão do investimento turístico. Finaliza esclarecendo que relativamente à questão técnica, precisam, tal como informação da Eng. Zélia Pinto, responsável pela Gestão Urbanística e despacho do S. Vereador responsável, Prof. Manuel Adérito Figueira, de uma Declaração de Interesse Público, para poder viabilizar todo este investimento. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito o seguinte Sr. Deputado: -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Questiona se a sede da empresa em discussão, vai ser em Alijó ou no Porto. Quanto ao investimento e viabilidade, indica que este é um acto a apoiar e arranjar mais. Lamenta que já tenham perdido uma outra oportunidade, embora não tão grandiosa. Esclarece que um Sr. representante da Citroën em Coimbra, comprou a Quinta do Seixo e apenas precisava que a Câmara Municipal calcetasse a rua até à referida Quinta. Entretanto devido à demora da Câmara para efectuar este trabalho e dificuldades de construção, compraram outra

Quinta em Armamar, para onde já levaram tudo e já construíram uma adega com isenção de impostos Municipais durante dez anos. Indica que é uma pena perderem uma situação destas. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que relativamente a esta questão, o Sr. Deputado está a dar-lhe uma novidade total e absoluta. Questiona se em termos teóricos há um investidor que sai de um Concelho e vai para outro apenas porque a Câmara Municipal não lhe pavimenta o acesso ao respectivo investimento, pois não acredita que nenhum investidor sério e que tenha feito uma análise séria do seu investimento, deixe de o fazer, até porque se é investidor, o investimento é em primeira instância de natureza privada, porque a Câmara Municipal que não tem nenhuma obrigação relativamente a essa matéria, não lhe pavimentou o acesso ao respectivo investimento. Indica que não põe em dúvida o que contaram a Sr. Deputado, no entanto essa situação merece dois comentários: em termos meramente teóricos, não lhe parece racional nem plausível, nem lógico, sobre qualquer ponto de vista, que um investimento saia de um Concelho para outro por uma razão tão pequena; não tem a mínima ideia de quem é o Sr. e de quem é esse investimento, portanto se ele pedir alguma coisa à Câmara Municipal, não o fez institucionalmente e não pediu ao Presidente da Câmara porque por uma coisa tão pequena, não deixava fugir o investimento dessa natureza. Indica ainda que também lhe parece que não é por uma situação destas que se muda um investimento de um Concelho para outro. Questiona se esta situação terá ocorrido no Concelho de Alijó, ao que o S. Deputado esclarece que a referida Quinta é em Cheires e já transferiu tudo para Armamar. Finaliza afirmando saber se existe algum processo na Câmara Municipal, que tenha entrado com este nome pois desconhece em absoluto. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos*, sendo aprovado por unanimidade com 35 votos a favor. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** dá por terminados os trabalhos. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Membros da Mesa. -----